



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANTONIO BASILIO HONORATO BARBOSA

**SARGENTO GETÚLIO E OUTROS SARGENTOS:
A morte entre os policiais militares em Salvador**

Salvador
2007

ANTONIO BASILIO HONORATO BARBOSA

**SARGENTO GETÚLIO E OUTROS SARGENTOS:
A morte entre os policiais militares em Salvador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Mark Cravalho.

Salvador
2007

B238 Barbosa, Antônio Basílio Honorato
Sargento Getúlio e outros sargentos: matar e morrer entre policiais militares em Salvador / Antônio Basílio Honorato Barbosa. – Salvador, 2007. 117 f.

Orientador: Prof. Dr. Mark Andrew Cravalho
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

1. Polícia Militar – Salvador-BA. 2. Morte. 3. Violência. I. Cravalho, Mark Andrew. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 363.2

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO BASILIO HONORATO BARBOSA

SARGENTO GETÚLIO E OUTROS SARGENTOS: A morte entre os policiais militares em Salvador

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora.

EXAMINADORES:

Nome: Mark Andrew Cravalho
Titulação: Doutor

Nome: Ivone Freire Costa
Titulação: Doutora

Nome: Paulo César Alves
Titulação: Doutor

Salvador
2007

Aos nossos pais, familiares e aos bravos policiais militares que expõem suas vidas cotidianamente nas ruas e avenidas da Bahia e do Brasil, com vista à tranquilidade e a paz pública.

AGRADECIMENTOS

A Deus;

Aos meus bons irmãos de luz;

Minha mãe Dona Antônia;

Meu pai Severino, em memória;

Minha esposa Ana e meu filho Léo;

Minhas irmãs e meus irmãos;

Amigos, professores e colegas.

“A consequência evidente é que a pesquisa tornou-se um substituto para a ação, ‘enquanto as causas profundas’ vão ocultando as causas óbvias – freqüentemente tão simples que nenhuma pessoa ‘séria’ e ‘letrada’ poderia lhe dar alguma atenção. Certamente descobrir remédios para deficiências óbvias não assegura a solução dos problemas; mas negligenciá-las significa que o problema será sequer adequadamente definido.”

Hannah Arendt(2004, p. 67)

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CME	Coordenadoria de Missões Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ROTA	Rondas Tobias Aguiar
RONDESP	Rondas Especiais
SGT	Sargento
SD	Soldado
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Gênero e Unidade a que pertence	70
Tabela 02 – Gênero entre policiais militares e relação com a vida e a morte	71
Tabela 03 – Mecanismos de proteção de policiais militares contra a violência	72
Tabela 04 – Compreensão da morte entre policiais militares	73
Tabela 05 – Condições para o enfrentamento dos riscos da profissão policial Militar	75
Tabela 06 – Fatores que conduzem ao suicídio policiais militares	76
Tabela 7 – Relação entre força letal e preconceito	77
Tabela 08 – Unidade Operacional e Uso da força letal	78
Tabela 09 – Unidade Operacional e Conceito de Direitos Humanos	79
Tabela 10 – Escolaridade e Formas de Mudança no uso da força letal	81

RESUMO

O presente trabalho trata do tema morte que tem pairado sobre a atividade policial e ganhou notoriedade nas últimas três décadas. Para as ciências sociais, ainda há uma grande lacuna no campo de estudo sobre a morte. Em um inevitável campo de batalha, o uso da força letal por parte dos policiais militares e as mortes violentas destes mesmos profissionais se tornam tão banais que precisavam ser estudadas sobre o prisma que vá além da racionalidade e do pragmatismo. A concepção que o policial militar tem acerca da morte tem sido estruturada nos duros conflitos diários, bem como provoca um efeito devastador na relação que estes tem como os seus contendores na violência urbana em Salvador. Os discursos dos policiais militares denotam uma sensação de falta de reconhecimento da sociedade acerca dos esforços envidados para manutenção da paz pública, tendo em vista que muitas ações policiais condenadas, até pelo próprio comando da corporação, não levam em consideração as contingências da atividade. O limite da legalidade tem norteada a ação policial no âmbito uso da força letal, por isso, as questões de ordem ética são posta de lado quando é possível a justificação legal da morte do oponente. A intolerância dos policiais segue movida por uma ação política, exige respostas imediatas aos clamores sociais por segurança, sem que outros fatores de desajustes das condições de em comunidade sejam minorados. Ciente dos limites dos discursos, o romance “Sargento Getúlio”, escrito por João Ubaldo Ribeiro, traz, em meio a violência, elementos culturais, ideológicos e emocionais compondo um cenário que transcende o tempo e espaço na atividade policial militar no Brasil. Muito além da simples condenação da violência policial, o romance se integra a investigação através da compreensão de virtude ostentada pelo personagem Getúlio, em consonância com o próprio sentimento dos policiais informantes.

Palavras-chave: Morte; Violência; Polícia Militar; Sargento Getúlio.

ABSTRACT

The present work deals with the subject death that has dominated on the police activity and gained notoriety in last the three decades. For social sciences, still it has a great gap in the study field on the death. In an inevitable battlefield, the use of the lethal force on the part of the military policemen and the violent deaths of these same professionals if become so banal that they needed to be studied on the prism that goes beyond the rationality and the pragmatism. The conception that the military policeman has concerning the death has been structuralized in the hard daily conflicts, as well as provokes a bad effect in the relation that these has as its contenders in the urban violence in Salvador. The speeches of the military policemen denote a sensation of lack of recognition of the society concerning the efforts produced for maintenance of the public peace, in view of that many police actions the convict, even for the proper command of the corporation, do not take in consideration the contingencies of the activity. The limit of the legality has guided the police action in the scope use of the lethal force; therefore, the questions of ethical order are forgotten when the legal justification of the death of the opponent is possible. The preconception of the policemen follows moved for an action politics, demands immediate answers to the social outcries for security, without that other factors of misalignments of the conditions of in community are reduced. Knowing of the limits of the speeches, the romance "Getúlio Sergeant", written for João Ubaldo Ribeiro, brings, in way the violence, cultural, ideological and emotional elements composing a scene that exceeds the time and space in the police activity to militate in Brazil. Much beyond the simple conviction of the police violence, the romance if integrates the inquiry through the understanding of virtue exhibited for the Getúlio personage, in accord with the proper feeling of the informing policemen.

Word-key: Death; Violence; Militate Polices; Getúlio Sergeant.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

11

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

16

1.1. Escolha do método

18

1.2. Uma análise discursiva

20

1.3. A Polícia e outros procedimentos

24

CAPÍTULO II - OS DISCURSOS SOBRE A MORTE

27

2.1. Conceitos da morte

27

2.2. O controle da vida e da morte

31

2.3. A morte como exclusão e a polícia

33

2.4. Panorama da morte: uma tragédia brasileira

36

2.5. O suicídio

40

CAPÍTULO III – A ESTRUTURA IDEOLÓGICA DA INTOLERÂNCIA

44

3.1. O policiamento e a polícia militar

44

3.2. Estrutura sócio-histórica da PMBA

49

3.3. A especialização policial

53

3.4. A intolerância que mata

57

3.5. A violência e o policial em conflito

61

CAPÍTULO IV - MATAR E MORRER ENTRE POLICIAIS MILITARES EM SALVADOR

67

4.1. Ambiente

67

4.2. Uma típica ocorrência policial

68

4.3. Os discursos dos policiais militares de Salvador

69

CAPÍTULO V - GETÚLIO E OUTROS SARGENTOS

82

5.1. A virtude miliciana de Getúlio

83

5.2. Intolerância e morte

89

CONSIDERAÇÃO E FINAIS

95

REFERÊNCIAS

99

ANEXOS

112

Anexo 1 – Questionário para Comandantes de CIPM

113

Anexo 2 – Questionário para Policiais Militares de CIPM

115

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a morte que, apesar de muito presente nas mais diversas reflexões, ainda se faz enigmática na seara das ciências sociais. Compreendida como o fim da vida ou como uma passagem para uma outra vida, frente à desconhecida morte, o significado da vida humana é posto em questão, principalmente, quando ela tem seu curso findado abruptamente por um outro ser humano. Desta forma, as religiões fornecem respostas hábeis acerca da morte, enquanto as ciências se prontificam a formular novas dúvidas acerca de tais respostas (BAYARD, 1996, p. 31).

A morte violenta tem um destaque negativo na sociedade contemporânea, principalmente em razão dos avanços formais ocorridos no âmbito dos direitos e garantias individuais no Brasil. Como uma nova forma de exclusão social, as polícias militares que, preventivamente, têm por primordial função a defesa e manutenção da paz social, estão no centro das denúncias sobre violência social, relacionadas aos atos de uso excessivo do monopólio da força física, que, muitas vezes, se tornam letais.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar qual é o significado da morte entre os policiais militares que atuam em Salvador. E, mais especificamente, como os atos de matar, assistir uma morte violenta ou vivenciar a ampliação do risco de possibilidade da própria morte, podem ser e, seguramente, são compreendidos no cotidiano desses policiais.

Numa clara denúncia ao silêncio dos cientistas sociais em tratar sobre a morte, Ariés (2003, p.229) relata sobre a enorme distância existente, nos anos 70, entre a morte livresca e a morte real fincada na história da humanidade. Como ruptura, a morte está sempre presente em significativos períodos de mudança. É certo dizer que, atualmente, a morte interfere de forma “mais rápida e mais consciente” nas estruturas sociais (ARIÉS, 2003, p. 25). Assim, os diversos significados que a morte adquire através dos tempos devem ser objeto de estudos mais freqüentes entre os pesquisadores em ciências sociais. Para Ariés (2003, p.

227-229), a interdição sobre a morte também direcionou amplamente o balizamento dos focos de estudos dos cientistas sociais desde os tempos modernos, pois, “as ciências do homem, tão loquazes quando se tratava da família, do trabalho, da política, dos lazeres, da religião, da sexualidade, tenha sido tão discreta sobre a morte”.

Ao estudar o *tabu da morte*, José Rodrigues (1983, p. 18) enfatiza que a consciência da morte como uma marca da humanidade está relacionada “ao silêncio imposto pela sociedade industrial com o fito de afastá-la do cotidiano”. A aparente aversão à morte de alguma forma faz com que seja acreditado que é bom mantê-la o mais distante possível (MARANHÃO, 1998). Debruçar-se sobre o significado da morte é ficar de frente a “uma rede de mascaramentos, tabus, fantasias e medos” que dificultam a sua percepção (PAULA, 1991, p. 7). Falar de morte é uma espécie de rito negativo que neste trabalho é tangenciada por outro tabu que é falar de morte no ambiente policial militar. Na Polícia Militar da Bahia, como em diversas corporações militares, há duas décadas nos cemitérios, em funerais de policiais militares mortos em serviço, o solene *toque de silêncio* executado em uma solitária corneta, aliada às salvas de tiros, já se misturam aos disparos armas de fogo de policiais exigindo justiça em um claro tom de vingança.

Huggins, Harito-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 78) apoiados em Howard Becker, afirmam que “estudar grupos rotulados de ‘desviantes’ pode levantar a suspeita de que os pesquisadores aceitam o ponto de vista ‘ilegítimo’ desse grupo”. Estudar a morte e a polícia é buscar construir os caminhos percorridos pelas corporações policiais no Brasil nos últimos anos, para encontrar as pegadas que fazem do matar e do morrer uma prática tão freqüente que parece algo inerente à profissão policial militar. O sentido da morte para os policiais militares que laboram em condições de risco precisa ser analisado, bem como, a elevação do número de policiais militares feridos e mortos de forma violenta nas últimas duas décadas do século passado.

No âmbito teórico da banalização, Pequeno (2006, p. 170) ao refletir sobre a preocupação de Arendt com a banalização do mal, entende que há de se ter cuidado ao se explicar a maldade humana; pois o ato compreender o mal pode justificá-lo e, ao justificá-lo, corre-se o risco de permiti-lo. Por outro lado, Paul Ricoeur (apud,

Pequeno, 2006, p. 171) afirma que “o mal exige uma explicação. Há um ponto para além do qual o mal pode ser apenas contado, narrado, descrito por intermédio da história, dos mitos, da ficção”.

Em se tratando de linguagem como um veículo da ideologia, se faz pertinente pensar sobre o estabelecimento de ferramentas para construção de um estudo onde não se perca de vista a condição de policial militar deste pesquisador. As ferramentas possibilitam que uma pesquisa não se torne um instrumento focado na visão ideológica institucional, bem como não propicie um *aggiornamento* que justifique a brutalidade policial. Segundo Antonio Gramsci, o *aggiornamento* é uma explicação persuasiva sobre uma dada realidade, dirigida de forma ideológica às aspirações, aos sofrimentos e às demandas de um grupo social (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 21). Neste contexto gramsciano, falar dos assassinatos e suicídio em que são vítimas os policiais militares poderia soar como uma forma de justificar e explicar a violência e as mortes perpetradas pelos mesmos, num suposto instrumento de naturalização e banalização da violência policial. (Idem, p. 22)

Falar de morte entre policiais militares no Brasil é fazer com que o policial reflita a sua prática profissional e a comunidade avalie quais são as efetivas condições para que o policial exerça plenamente a sua missão. É necessário trazer ao foco os discursos sobre segurança pública das vítimas ocultas da violência: o policial militar. Consoante Goffman (1999, p. 31), muitas vezes, esperamos uma conformidade entre o ambiente, a “aparência” e a “maneira” do ator social. Os numerosos transtornos mentais, emocionais e comportamentais a que são acometidos muitos policiais militares nas últimas duas décadas revelam uma dimensão pouco conhecida destes “operários da violência” (HUGGINS; HARITOFATOUROS; ZIMBARDO, 2006). Estas reflexões não têm por fim isentar o policial militar da sua responsabilidade de sujeito de suas ações.

No Brasil observa-se que as corporações policiais, sem grande distinção, rotineiramente envolvem-se em práticas de combate à violência que elevam os índices de homicídio. Desta forma, essas corporações confirmam a tese de José Bleger (1993) de que as instituições adquirem a forma do mal que se pretende combater. E muitas vezes os discursos dos policiais militares que atuam com força abusiva nas operações

de combate a violência são sustentados com a idéia que eles fizeram o possível e não foram valorizados. Causando grande prejuízo a sua legitimidade, o monopólio da violência estatal, isto é, o uso da força, por agente públicos, legalmente dentro de condições restritas, tem sido considerado abusivo por parte dos policiais militares em todo o país. Destacando diversos pontos de semelhança entre essas corporações, Soares (2006, p. 116) entende que “as polícias brasileiras não funcionam”, em virtude de não estarem “preparadas para a democracia e as exigências do mundo contemporâneo”. E assim, segundo Huggins, Harito-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 28) “a polícia brasileira, proclamada pela Anistia Internacional como a mais violenta do hemisfério ocidental, continua a aplicar a violência impunemente”. Consoante Costa (2005, p.118) “a idéia de alteridade” e “respeito ao outro” estão ausentes no conceito de segurança pública da Polícia. Neste ponto cabem preliminarmente três perguntas iniciais: Por que as corporações policiais militares não estão prontas para a democracia? Ou quais os caminhos devem ser percorridos para que as policiais militares sejam mais um suporte da democracia brasileira? Quais as conseqüências do convívio de uma sociedade sedenta por cidadania em Estado ainda incapaz de saciar os direitos básicos, porém ávido para impor através da polícia os deveres aos cidadãos?

Tratando do tema morte dentro de um viés das ciências sociais, este trabalho está dividido em quatro capítulos onde busco a análise do tema proposto sem perder o foco que é a relação da atividade policial militar com a morte violenta. A metodologia é posta no primeiro capítulo e nela está a escolha do método de pesquisa e em um segundo momento, uma análise do discurso. No segundo capítulo será tratado o tema morte, como representação simbólica para um policial militar. No terceiro capítulo, A Estrutura Ideológica da Intolerância, além do conceito de polícia e resgate histórico das polícias militares no Brasil, relato os conflitos da transição democrática e seus efeitos sobre a polícia e as práticas do policiamento. Um breve panorama sobre a PMBA inicia o capítulo, por acreditarmos ser necessário uma apresentação do nosso objeto de estudo para se iniciar as discussões. No quarto capítulo é feita uma análise do significado da morte para os policiais militares da Bahia e um contraste com a obra Sargento Getúlio.

A investigação é estruturada com o uso dos instrumentos e procedimentos que permitiram uma leitura qualitativa. Buscou-se também desenvolver uma prática de observação dos discursos, rito e rotinas que nutrem o discurso sobre a morte nos quartéis da cidade de Salvador, para promover a organização e análise dos dados. Cada procedimento acima proposto visa dar conta, na medida das possibilidades, do nosso objeto de estudo que deverá ser construído em suas amplas relações com o todo social de Polícia Militar, Bahia e Brasil, tanto quanto possível.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA

Este estudo fez-se fundamentado em três procedimentos de pesquisa que podem ser entendidos como observação, entrevista e análise de discurso. Tendo em vista um inevitável desconforto, da minha condição de policial militar e psicólogo da Polícia Militar, na pesquisa faço algumas reflexões sobre a escolha do método. Ressalto que após cerca de vinte anos de atuação na corporação, dos quais sete anos como psicólogo da instituição, a observação como procedimento precisou ser alinhado a uma busca do estranhamento das rotinas e posturas da corporação.

Por outro lado, a mesma condição de crise me possibilitou buscar novos caminhos que de alguma forma desse a esta pesquisa um cunho de cientificidade, pois o que eu havia apreendido em todos estes anos de corporação não precisava ser descartado ou racionalizado para que a investigação se efetivasse, confirmando o conceito de paratopia de Maingueneau (2005, p. 26) como as condições e os fatores motivacionais da criação de uma obra, que podem ser muitas vezes paradoxais.

Muitas vozes que ainda ecoam nos consultórios de psicologia dos quartéis são dissonantes da imagem briosas do policial militar. É como se a ilusão tivesse acabado e todo o silêncio da cultura policial militar fosse ali rompido como uma cachoeira e inundasse a sala. Centenas de casos de alcoolismo, depressão, estresse e suicídio nos últimos anos me levaram a acreditar que, a maior batalha do policial militar tem sido travada dentro da sua mente. A sensação de falta de

reconhecimento social mostra que algo está errado na relação polícia e sociedade no Brasil.

Trabalhei imerso em uma emoção que se não pudesse dar fim teria que potencializá-la ou fazer terapia. Pode parecer estranho, mas a jornalista Paula Alzugaray faz uma constatação interessante na Revista Istoé/1311 de 16/11/94 acerca da experiência vivida a época pelo psicólogo e Capitão Ib Ribeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo nos anos 80:

Ninguém melhor que o próprio capitão Ribeiro, que saiu da violência das ruas para um consultório, para ouvir e saber do que estavam falando: desejo de se matar. “Quando comecei no departamento de Psicologia da PM, fui abrindo muitas feridas que eram proibidas de se tornarem públicas”, diz. “E eu mesmo passei a sentir na pele os efeitos das sessões de terapia.” O auge da crise veio com uma síndrome de pânico. Foi então que Ribeiro, já afastado da PM, também passou a pensar em se matar. As constatações feitas pelo “psicólogo” e capitão Ribeiro no Departamento de Psicologia, hoje assombram os quartéis da PM de São Paulo (p. 56).

Experiência semelhante me conduziu a buscar de forma tortuosa o significado da morte para os policiais militares no Brasil através da literatura. Foi escolhida a obra Sargento Getúlio, publicada por João Ubaldo Ribeiro em 1971 que retrata as ações violentas de um policial militar no sertão nordestino nos anos 40. Esse romance foi definido a partir da identificação de discursos que têm vinculação direta com os fatores relacionados à construção da representação da morte no universo policial, sem perder de vista um cerne de virtude na sua ação. Busca-se ainda dar conta da visão de mundo dos policiais militares, descortinando a forma como pensam certos aspectos da sua realidade e da vida social que o cerca. Este estudo tem como campo de referência mais amplo o cotidiano dos policiais militares e se destina a compreender a percepção apresentada por esses sujeitos sociais a respeito da sua própria mortificação social para a violência em que estão inseridos.

Nesta investigação, o estudo da obra literária Sargento Getúlio se constituiu como peça interessante para compreensão do sentido da morte na atividade policial, tendo em vista que busquei relacionar os conflitos e conceitos do personagem do romance com os possíveis conflitos vividos por nossos policiais. Vale ressaltar, que a morte aparece como alternativa de solução nas ações do principal personagem do livro que é um sargento de polícia, ainda assim, aquela história é vista como uma virtude. A compreensão que o policial constrói da morte em sua atividade tem passado despercebido, ainda que seja sabido que esta relação com o ato de matar tem se transformando em uma prática para certos policiais militares.

1.1. Escolha do Método

Enquanto os estudos da morte seguem continuamente um padrão de busca no âmbito do simbólico, os estudos sobre polícia estão ainda muito focados em “temas pragmáticos e urgentes” em torno dos efeitos da atividade policial sobre a sociedade, estabelecendo uma necessidade de pesquisas de caráter qualitativo no âmbito do estudo dos assuntos policiais (MANNING, 2005, p. 442). Para Manning (2005, p. 431) “a função policial democrática é erigida sobre valores éticos e morais que são tácitos e somente submetidos à análise quando se fragilizam”. Porém, quando o objeto de estudo é a morte e o seu agente é um policial militar a escolha de um método que dê certos limite as questões que emergem da racionalidade e prática policial com o fenômeno da morte, torna-se complexa.

Rompendo com um longo silêncio das ciências sociais neste campo, Minayo (2005) destaca a vulnerabilidade dos agentes de segurança, principalmente, do policial militar, frente aos crescentes riscos de morte destes trabalhadores. Mas, no Brasil os temas e focos das pesquisas no século passado acompanharam as vertentes européias, segundo Minayo (1998, p. 98). Este pensamento tem consonância com a reflexão acerca dos efeitos da colonização metodológica sobre os povos pesquisados e explorados, que segundo Smith (2001), até os nativos pesquisadores adotavam o ponto de vista dos colonizados. Como um alerta para a urgente necessidade de uma nova identidade metodológica, Manning (2005, p. 441)

critica as motivações programáticas das investigações anglo-americanas sobre temas relacionados à atividade policial:

A investigação sobre a polícia, tanto no reino Unido (ver a resenha de Reiner) como nos Estados Unidos (minha própria conclusão) é impulsionada por temas de baixo nível, derivados de preocupações programáticas e não por inquietudes teóricas.

Em uma reflexão mais brasileira, baiana e atual no campo da pesquisa sobre violência e pobreza, Espinheira (2005, p.461) cita as vantagens e desvantagens do pragmatismo anglo-americano, que respectivamente tanto “atuam na busca de solução dos problemas detectados como tem a pressa em estabelecer falsas relações de causa e de efeito”. Por outro lado, Young (1999, p. 94) enfatiza a necessidade de que seja ampliado o olhar no âmbito das ciências sociais no tocante aos estudos do controle social, “que não cometa erro de parcialidade”. Para isso, segundo o mesmo autor, é preciso levar em consideração o contexto, frequência dos problemas e a cumplicidade dos que “cidadãos participam do controle social” (Idem, p. 94).

Pondo a prática científica em questão, na obra “O poder simbólico”, Pierre Bourdieu (1998, p. 22-26) questiona os “*habitus* científicos” de certos pesquisadores que ficam tão presos às regras metodológicas que confundem o necessário “rigor” de uma empreitada investigativa com a “rigidez” que embota o seu cerne criativo. Conceituando *habitus* como um *modus operandi* que funciona de maneira prática ajudando o indivíduo a lidar prontamente com as mais diversas situações, Bourdieu (1998, p. 23-25) sugere uma ruptura com o “monoteísmo metodológico” convencional. Incita-nos para construções de novos modelos de análise que não distanciem a teoria da metodologia e que promova uma sociologia reflexiva, “renunciado a tentação de servir a ciência para intervir no objeto” (BOURDIEU, 1998, p.43).

Porém, as ciências humanas têm passado por momentos de profunda transformação, deixando de lado a inglória luta pelas verdades absolutas, tão buscadas pelos ideais do positivismo até bem pouco tempo. Nessa perspectiva, muitos estudiosos têm percebido que o limite, no campo das construções dos

saberes é a aproximação do real, considerado as múltiplas dimensões do humano, sempre muitos dos elementos da totalidade não são encontrados.

Na leitura dos clássicos das ciências sociais, a percepção destes encontros e desencontros torna-se inevitável. Ao analisar a complexidade dos clássicos, Levine (1997, pág. 56) declara que Marx transitava no sentido do idealismo para o materialismo e Durkheim, em sentido oposto, transitava do materialismo para o idealismo, enquanto Weber oscilou entre esses dois pólos. Neste prisma, analisando todo o esforço de objetividade do conhecimento das ciências sociais, a sua época, Weber (1991b, p.29) apregoa que só “um fragmento limitado da realidade” serviria de objeto da compreensão científica. De acordo com Paul de Man, citado por Eagleton (2006, p. 179), não existe vínculo entre a mente e a realidade, logo nenhuma “linguagem epistemológica terá acesso ao real sem problemas”.

As ciências que se orientam para a realidade humana precisam ter um olhar sobre a cultura, à medida que auguram compreender as obras criadas pelos homens (as instituições, os regimes políticos, as experiências religiosas, as teorias científicas). Há uma valiosa capacidade humana de produzir cultura e reinventar tradições (LABURTHE-TOLRA, 1997 pág. 27-28). O conceito de cultura é firmado com um valor, e sua constituição como uma realidade empírica se reveste de uma significação, que “nenhum acontecimento cultural terá sentido longe do seu contexto” (WEBER, 1991b, p.34). A cultura é uma ferramenta para percebermos a lógica com que as pessoas pensam, ou mesmo, para a experiência de vida disponibilizada para os descendentes. Em qualquer dado tempo há textos anteriores e convenções expressivas, os quais estão sempre em fluxo. E um “fluxo flui incessantemente ao encontro da eternidade”, pois consoante Weber (1991 b, p. 43) demandas de ordem cultural estão em constante transformações e renascimentos.

1.2. Uma Análise Discursiva

Nesta investigação, sobre qual o significado da morte entre os policiais militares, analisamos os discursos de policiais militares que atuam nas ruas de

Salvador e comparamos com o discurso do personagem Sargento Getúlio que, criado por João Ubaldo Ribeiro, revela o interior de um policial militar norteado e consumido pela morte. Por está também, pautada em uma coleta de informações através de questionário abertos, esta investigação enveredou pela análise discursiva do romance *Sargento Getúlio* e para tanto faz-se necessário uma melhor fundamentação de tal procedimento.

Logo, que a pergunta de partida de um estudo sobre uma ação social é anunciada surgem os primeiros embaraços frente a duas perspectivas de análise que emergem. Uma primeira perspectiva possibilita o entendimento de que a ação policial é fruto de um processo coletivo, e ele teria sido doutrinado a cumprir cegamente as determinações da autoridade a que está subornado, foi coagido, é um instrumento do Estado, das leis, da cultura e as formas de exercício de poder, isto é, dentro de uma visão durkheimiana. A outra perspectiva, mais fortemente defendida por Boudon (apud Corcuff, 2001, p. 23), é essencialmente individualista, pois minimizando os efeitos da coerção social, dá destaque às motivações dos próprios indivíduos. Pautado na construção de novas sociologias que contrariam o holismo e o individualismo, Corcuff (2001, p. 25) relata a necessidade do cientista social “apreender indivíduos plurais produzidos e produtores de relações sociais variadas”. De acordo com Bourdieu (1998, p. 139-140) para uma melhor “percepção do mundo social” é imprescindível se analisar as estruturas objetivas que são formadas pelas autoridades, agentes e instituições, bem como as outras formas de subjetivas que estão sedimentados na linguagem.

De acordo com Melo (2006, p. 32-32) a língua, que tem um papel de contrato coletivo, é um sistema de signos. E a teoria do signo elaborada por Saussure “é arbitrário e a arbitrariedade está no fato que um signo se aplique a um determinado elemento da realidade”. Questionando esta concepção saussuriana, Mikhail Bakhtine, já em 1929, desconstrói o caráter de neutralidade do signo:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como

movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. (BAKHTIN, 2002, p. 33)

Platão, de acordo com Sodré (1978, p. 36) recusava o entendimento de que na arte existe “qualquer conhecimento do real”, sendo assim “o discurso do artista não seria verdadeiro, por estar fechado em si mesmo, afastado do logos, que é o discurso do conhecimento e da razão”. Para Sodré (1978, p. 65) a arte fundamenta a história, ao fazer aparecer a verdade e com o auxílio de Heidegger compreende na arte uma “iluminação rumo ao impalpável” e no romance-arte um caminho para a verdade da consciência.

A Análise do Discurso (AD) surgiu no fim dos anos 60, em razão da exaustão de práticas de análises centradas no conteúdo. De acordo com Mazière (2007, p. 13) a análise de discurso volta-se para compreensão dos sentidos e efeitos das ocorrências enunciadas. Desta forma, articulasse-se a “linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico” (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005, p. 308).

No entendimento de Iñiguez (2004, p. 94) “uma aplicação dos conhecimentos sobre a linguagem à investigação de processos sociais” tem a capacidade de “transforma nossa concepção dos próprios processos sociais e maneira de abordá-los”. Iñiguez (2004, p. 145) enfatiza a possibilidade de uso da análise de discursiva em ciências sociais:

A legitimidade da AD como método se origina precisamente dessa visão da linguagem, já que, em sua ação investigadora, a única coisa que ela faz é utilizar as mesmas ferramentas que são utilizadas em qualquer contexto de ação social.

Apregoadado a legitimidade da linguagem no campo da análise de discurso em ciências sociais Iñiguez (2005, p. 145) declara que a “linguagem é simultaneamente um indicador da realidade social e uma forma de criar essa realidade”. No mesmo viés pode-se assinalar que Freud citado por Pankow (1988, p. 8) enfatiza a importância da arte na compreensão da realidade e reconhece a inacessibilidade das ciências aos conhecimentos da alma humana, pois “os poetas e romancistas são aliados preciosos, e seu testemunho deve ser tido em alta estima, pois eles conhecem, entre o céu e a

terra, muitas coisas com as quais nossa sabedoria escolar não poderia sequer sonhar”. Mello (2005, p. 40), sem descarta o valor artístico de uma obra literária, ressalta a sua importância no que tange ao destaque da representação e demonstração dos aspectos sociais. E continua:

A linguagem literária permite que as palavras assumam vida própria, com novas significações que não aquelas a elas conferidas usualmente. A linguagem passa a ter “sabor”. Enquanto no discurso científico a linguagem é direta e não permite ambigüidades, na linguagem literária as palavras assumem novos significados representações. (p. 40)

Maria Helena Varela, com o livro “O Heterologos: em Língua Portuguesa”, revela uma tendência luso-brasileira ao descentramento da lógica ocidental para a construção da Verdade. Em uma lógica sem exclusões, segundo Varela (1996, p. 19-21) a língua portuguesa mascara a razão através de “autores sintomáticos, não paradigmáticos, no sentido do em que um pensamento plural e heterodoxo jamais se esgota num homem, como não cristaliza num sistema”. No Brasil, o heterologos frentes a cientificidade positivista da república - ordem e progresso - esquiva-se em “divagações metafísicas, manifestações de misticismos transcendentalistas, quando não de fanatismos religiosos e práticas esotéricas, culminando na canonização do próprio positivismo, transformando a religião católica sem Deus” (VARELA, 1996, p. 26).

De acordo com Varela (1996, p. 32-33) o heterologos brasileiro renasce nas terras sertanejas, com coordenadas simbólicas de um *epos* (a viagem, ‘a busca de quem somos na distancia de nós’), a exemplo da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Fugindo dos pragmatismos – das buscas por soluções imediatas – que norteia as pesquisas relacionadas às atividades policiais militares focalizei no romance “Sargento Getúlio”, um novo *epos*, uma forte relação da atividade policial militar com a morte e a idéia de suicídio construída no conflito de identidade desse policial. Tendo em vista a complexidade do tema morte, a idéia de produzir uma análise de discurso de uma obra literária foi importante no aprofundamento e revisão do tema.

1.3. A Polícia e os outros procedimentos

Esta pesquisa ocorreu no período de 2004 e 2006 entre os policiais militares em atividade operacional na cidade de Salvador. Isto posto, faz-se necessário um breve relato sobre o ambiente onde se estabeleceu a investigação e os procedimentos efetuados nesta pesquisa, além da análise discursiva supracitada. Assim, a Polícia Militar do Estado da Bahia é a instituição analisada por este estudo, possui cerca de 30 mil componentes ativos. É a única instituição baiana pública que se faz representada em todos os rincões do Estado, ainda que com um só policial. Em quase dois séculos de existência a corporação tem buscado se ajustar aos ditames da modernidade, por conta disso a sua história se confunde com a própria transformação do estado da Bahia. Hierarquizada militarmente em diversos cargos (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, Tenente, Aspirante, Aluno Oficial, Sargento, Soldado e Aluno a Soldado) a Polícia Militar da Bahia (PMBA), tem como suporte da sua estrutura a disciplina militar.

Em parceria com a Polícia Civil, que desenvolve as ações de polícia investigativa, a PMBA efetua o policiamento ostensivo fardado nas vias públicas do Estado. Atualmente, como em todo Estado, na cidade de Salvador temos o Comando de Policiamento da Capital, que supervisiona a atuação de 29 (vinte e nove) Unidades Operacionais (entre BPM e CIPM) que policiam suas respectivas áreas de responsabilidade. As CIPM têm uma média de lotação de 150 policiais militares, que são distribuídos nos diversos policiamentos ostensivos: de módulo, a pé, de rádio patrulha, bancário, cesta do povo e escolar. Em apoio as atividades regulares de policiamento na Região Metropolitana de Salvador, também atuam unidades especializadas (Batalhão de Choque, Batalhão de Guardas, Batalhão Rodoviário, Esquadrão de Motociclistas Águia, Companhia de Policiamento de Proteção Ambiental, Esquadrão de Polícia Montada, Companhia de Repressão de Roubos a Coletivos e Companhia de Rondas Especiais).

Para execução desta investigação foram distribuídos dois tipos de questionários abertos, sendo o primeiro para ser respondido por comandantes de Unidade Operacional e um segundo para ser respondido por policiais militares que atuam no policiamento ostensivo na cidade de Salvador. Escolhi aleatoriamente em Salvador o 18º BPM (Centro Histórico) e outras cinco CIPM – Companhias Independentes de Polícia Militar, sendo identificadas como: 1ª CIPM (bairro do Pernambués), 11ª CIPM (Barra), 14ª CIPM (Lobato), 16ª CIPM (Comércio), 17ª (bairro do Uruguai), 47ª (Centro Administrativo da Bahia), 48ª (Sussuarana) e Rondesp (Rondas Especiais que atuam em toda Salvador). Dos 100 (cem) questionários distribuídos nessas Unidades Operacionais, 70 (setenta) foram respondidos por policiais militares que se voluntariaram a escrever sobre as questões formuladas.

Com o fito de defrontar os dados do policiamento regular com outros tipos de policiamento, foram distribuídos questionários na Rondesp, que desenvolve rondas por toda cidade do Salvador. Como existe uma instrução atípica na formação desses policiais foi à razão pela qual me despertou o interesse em pesquisar esse universo. Faz-s necessário verificar de que forma tem sido construído o conhecimento acerca da morte com esses policiais que, diferente dos demais, o confronto é muito mais freqüente e, conseqüentemente, o uso da força letal também.

Utilizando uma amostra não probabilística, os questionários foram distribuídos e preenchidos pelo próprio policial militar não identificado, no período de 13 de novembro a 04 de dezembro de 2006. Nenhuma questão foi classificada como obrigatória; contudo, na introdução do instrumento aplicado há um texto explicativo da sua aplicabilidade e do seu objetivo, para que o entrevistado entenda da contribuição que as informações serão para o trabalho. Vale ressaltar, que a amostragem não probabilística tem como desvantagem impossibilitar que os resultados obtidos sejam inferidos para a população. Contudo, não impede de caracterizar a amostra apontando os aspectos mais relevantes e propondo estudos mais profundos.

Iniciamos por selecionar uma amostra de policiais militares bastante heterogêneas no que diz respeito a gênero, idade, tempo de serviço na Corporação,

e principalmente que contivesse policiais que atuam na área operacional (policamento ostensivo). Com vista a ampliar o olhar investigativo sobre o objeto de estudo que é a morte na seara policial militar, os Oficiais Superiores que comandam as Unidades pesquisadas também foram ouvidos em um outro questionário apropriado a sua função sobre o mesmo tema. Desta maneira, foram pesquisados com uma entrevista semi-estrutura e responderam a questões referentes aos procedimentos corporativos frente às ocorrências policiais que culminavam em morte. Alguns Oficiais subalternos e intermediários que são Comandante de Pelotão nestas CIPM e no BPM foram também submetidos a uma entrevista semi-estruturada, visto que estes laboram diariamente com os policiais militares nas atividades de policamento.

CAPÍTULO II

OS DISCURSOS SOBRE A MORTE

Contextualizando a morte como uma exclusão social, que na contemporaneidade tem sido, freqüentemente, efetivada através da violência perpetrada pelos agentes da lei, sem perder de vista a morte como uma forma de exercício de poder, faz-se necessário traçar as contradições acerca do sentido da morte no âmbito filosófico e literário, à medida que se assinalam as lacunas existentes nas ciências sociais acerca do tema.

2.1 Conceitos da Morte

Ao estudar os sentidos dos ritos mortuários, Bayard (1996, p. 35 e 37) reflete sobre a morte e declara que “não é possível construir uma definição da morte além de opô-la a vida que também é indefinida”. Para Baudrillard (1996, p. 215) a morte biológica é um fato da ciência moderna e não é possível atribuir à vida ou à morte um fim, pois a vida e a morte são nuances recíproca. Segundo Bauman (1998, p. 204-205) a consciência da morte é um estímulo à vida na construção da imortalidade, mas o “conhecimento da morte é a tragédia especificamente humana.” Tendo a sua importância legitimada pela religião, a morte tem a capacidade de “desafiar as definições socialmente objetivadas da realidade” (BERGER, 1985, p. 57).

Presente nas angústias filosóficas, a morte foi, por séculos, o tema central da literatura e das artes plásticas, que se ocuparam intensamente em registrar as suas representações sociais. Nobeit Elias na sua obra “A solidão dos moribundos”, observando a morte a partir do valor que é dado à vida, faz uma transição entre a literatura e o sociológico da morte. Analisando o conto “O senhor e o homem” de Leon

Tolstoi, Elias (2001, p. 70) destaca a variação do conceito da morte, quando a vida de um comerciante e seu empregado, que presos em uma terrível nevasca, está posta em perigo: o rico e esperançoso senhor luta para vencer a morte, enquanto o pobre e cansado empregado, ainda que animado pelo patrão, se entrega facilmente a ela – a morte. Lifton (1983, p. 315) compreende que as descobertas sobre a morte constroem concepções que adquirem valores inimagináveis, principalmente, à medida que o ser humano sabe que vai morrer.

De acordo com Schopenhauer (2004, p. 26), a aceitação da própria morte pode ocorrer quando “o intelecto vence a instintiva vontade individual” de vida, à medida que o conhecimento revela o pouco valor da vida e combate o medo à morte, desacreditando que a morte seja de todo um mal. Schopenhauer (2004, p. 30) retrata a doce expressão de satisfação e alívio no semblante da maioria dos mortos em detrimento ao constante “sofrimento do mundo” dos vivos. Para Schopenhauer (2004, p. 23) “a morte é propriamente o gênio inspirador, ou a musa da filosofia, e por isso Sócrates a definiu como preparação para a morte”. Revelando um homem diante da morte e da consciência da imortalidade da alma, Platão (2005, p.107) retrata em “Fédon: diálogos sobre a alma e morte de Sócrates” que, no leito de morte, após beber o veneno em obediência à ordem dos magistrados, Sócrates, certo da imortalidade da alma, solicitando que seu discípulo Críton pagasse a sua dívida com Asclépio, trava o seu derradeiro diálogo.

Através de Kierkegaard (2002, p. 21) é possível pensar que, as razões que conduzem a aceitação da morte ou não, geralmente tornam-se plausíveis dentro do contexto “desesperador”, e o desespero se configura como “uma queda do virtual ao real”. A distância entre as margens destes dois lados, estabelecendo a dimensão queda, está a emoção. A vida humana tem como regra o desespero, e a ausência deste é uma exceção, que pode ser entendida como a busca incessante do homem ser bem quisto pela sociedade para elevar-se e se restringe para atender aos interesses sociais (KIERKEGAARD, 2002, p. 30).

Kierkegaard (2002, p. 37) reforça as possíveis conseqüências do conflito mental vivenciado por um indivíduo em desespero do silêncio: “O homem que se cala fica com efeito reduzido ao diálogo consigo mesmo e a realidade não o vem

socorrer castigando-o, fazendo recair sobre ele as conseqüências das suas palavras.” Arendt (2003, p. 56) apoiando Sócrates refere que “o homem se comunica não somente com seus companheiros humanos, mas também consigo mesmo”. Ela também lembra que a voz da consciência dita: “Não procedas mal ou terás que viver junto com um malfeitor” (Idem, p. 60).

Para Arendt (2003, p. 245) as conseqüências das ações humanas são imprevistas e intermináveis: “O motivo pelo qual jamais podemos prever com segurança o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim”. A morte para a existência humana, segundo Arendt (1985, p. 38) indica um sentimento “extremo da solidão e da impotência”, sua historicidade no Ocidente remete a uma forte relação de poder.

Para Elias (2001, pág. 41), o medo da morte está vinculado ao medo da perda do que é significativo para o vivo, mas, por outro lado, o medo da morte tem servido como uma forma de aumento de poder dos vivos. Face ao valor adquirido pela promoção do “medo do além” da vida na Idade Média para fortalecimento da Igreja, diversos setores da sociedade têm feito uso do medo como estratégia de manipulação para subjugar, controlar, escravizar e dominar pessoas (DUBY, 1998, pág. 133);(BAIERL, 2004, p. 37).

A compreensão da vida como um bem supremo, na sociedade moderna, está alicerçada na concepção de imortalidade propagada com o cristianismo (ARENDR, 2003, p. 327). De acordo com Baubrigard (1996, p. 177) “o poder sacerdotal se funda no monopólio da morte e no controle exclusivo das relações com os mortos”. O poder dos mortos sobre os vivos é preponderante na construção da história inacabada que herdamos (BOURDIEU, 1998, p. 75); (BERGER, 2004, p. 98).

Segundo DaMatta (1997, p. 140 -141), no Brasil fala-se mais “dos mortos do que da morte” como um forma de negação da morte. Para ele a morte é vista como uma passagem para um outro mundo, como uma “subida” e “descida”. A morte, ainda que, desapareça a relação pessoa, a relação entre os mundos mortos e dos vivos, existirá enquanto existir sociedade (DAMATTA, 1997, p. 155). Isso pode ser bem retratado com o “Romance do Sapo Seco” de Espinheira Filho (1997) que, se

refere a um processo judicial ocorrido no interior da Bahia, por volta de 1973, onde Generino – um lavrador, foi absorvido unanimemente após ter assumido o assassinado um feiticeiro que lhe lançou uma prega mortal: “Tu já és um fruto peco, mas ficarás pior, pois vais morrer como um sapo seco” (p.20). No dito romance, mesmo depois de beneficiado como o veredicto de legítima defesa o lavrador pergunta ao seu Advogado: “Mas, doutor se a alma dele voltar” (p.28).

Em um recente livro intitulado “Sociologia das emoções: o Brasil urbano sob a ótica do luto”, Koury (2003, p. 58) reafirma que, até o meado do século XIX, a morte no Brasil era considerada um rito de passagem. Porém, com um franco efeito da interdição da morte, no sentido formulado por Ariés (2003), revela-se que, na contemporaneidade, 40,49% dos entrevistados, da pesquisa de Koury (2003), já compreendem a morte como “um lacônico e definitivo ‘findar’”, enquanto 47,55% ainda acreditam na morte como “uma passagem” e apenas 11,96 dos entrevistados declaram que a morte “não deveria acontecer”. (p. 74). De acordo com Koury (2003, p. 82-84), pautada em uma sociologia da emoção, a urbanização ocorrida no Brasil no final do século XX reforça um sentimento de solidão causado pela individualização, que entram em conflito com os valores tradicionais e as pessoas se afastam da morte, do morto e se envergonham de viver o luto.

De certa forma, cada tipo ou condição de morte provoca nos observadores e entes próximos uma particular reação emocional. Quando se trata da morte faz-se necessário definir um foco de visão que pode ser a morte em si, a morte do outro (amado ou inimigo) e a nossa própria morte. Tipificando a morte em razão das contingências em que ela aconteceu, José Carlos Rodrigues (1983, p. 26), ressalta que quando se trata de morte sempre é interessante lembrar que uma pessoa pode morrer de “morte morrida” e de “morte matada”. Podem ser chamadas de “morte matada” os homicídios, aliados aos acidentes seguidos de morte, suicídio etc., à medida que se pode apontar um responsável (RODRIGUES,C.1983, p. 26-27). Segundo Soares (2006, p. 115) diversos crimes podem causar a morte de pessoas, porém os homicídios dolosos “do ponto de vista da dinâmica criminal” são os mais importantes.

2.2 O Controle da Vida e da Morte

Com a criação dos Estados, os indivíduos perdem a capacidade de decisão sobre a sua própria vida, pois, consoante Foucault (2005, p. 132), o “biopoder”, que se estabeleceu com “sujeição dos corpos e o controle das populações”, foi imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Maranhão (1998, p. 19), sem que se perceba, fica-se cada dia mais longe dessa parte que morre, pois consumidores vorazes estão focados na produção, no progresso, no prolongamento da vida e na conseqüente “coisificação do homem”. Todavia, refletir sobre a morte é tratar do corpo coisificado, mas não falar em morte tem sido coisificar as pessoas em vida (MARANHÃO, 1998, p. 17). A legitimação da violência no sistema capitalista, conforme revelou Poulantzas apud Carnoy (1988, p. 152), foi adicionada com certa dose legalidade das agentes que monopolizam o uso da força e deram o tom dessa nova forma de controle social.

O contrato social teorizado por Hobbes, delegava ao soberano o direito de utilização dos meios necessários para a consecução imediata dos anseios da sociedade, porém quando “a autoridade está revestida de poder poucos se encontram em condições de discutir com ela” (MORRIS, 1978, p. 25). A complexidade da legitimidade da segurança emerge de um panorama que reflete o conflito entre o cidadão participante e o cidadão protegido que, segundo Bobbio (2003, p. 52, 53), na sua participação, fazendo-se de senhor, exige do Estado uma “proteção reforçada” e ao exigir maior proteção faz do Estado o “seu patrão”. Basto Neto (2006, p. 60) questiona o limite do poder do Estado em “penetrar, influir, modificar e consolidar formas de comportamentos, que podem se manifestar nas condutas individuais”. Desta forma, o controle social exercido pelo Estado, para a manutenção da ordem legal, tem sido posto a prova acerca de sua legitimidade.

A lei por si só não constrói uma nova ordem social, em “O processo civilizador”, Nibert Elias (1994) revela que as formas de autocontrole efetivam-se através de “proibições apoiadas em sanções sociais e no ajustamento das classes a um modelo social de status”. Neste mesmo prisma, a agressividade humana sofre

semelhante restrição, sendo através da vergonha social “confinada e domada por inumeráveis regras e proibições, que se transformaram em autolimitações” (ELIAS, 1994, p. 190). A busca por uma racionalidade e legitimidade da agressividade humana conduziu o Estado ao exercício do monopólio da força física, “a exemplo da luta da polícia contra os criminosos”, segundo Elias (1994, p. 199).

Em conflito constante com os entes sociais, a ação miliciana que parecia tão clara (no cerne militar-ditatorial) e pontual, diluiu-se na busca da impureza em rostos e locais marginalizados em um país tão miscigenado e desigual. Para Bauman (1998, p. 26), a maior impureza (ditada pela incapacidade de consumo) da versão contemporânea da pureza, não são os revolucionários (outrora dantescamente perseguidos pela polícia). Quem além dos vagabundos ou miseráveis podem ser considerados impuros, suspeitos? A missão policial militar é constituída de um ideal de ordem social que pode ser entendida também como a busca de “eliminar as impurezas” que na sua função policial é o humano, principalmente, em uma sociedade que com o desmantelamento dos padrões sociais ou tradições com as constantes mudanças, ou seja, onde impera a desordem, segundo Bauman (1998, p. 27).

A história do controle social nos remete a compreensão de que a manutenção da vida e a morte estão estritamente vinculadas aos modelos de produção social e as relações de dominação (MARANHÃO, 1998). Trazendo a luz que o poder soberano foi o direito sobre a vida e morte dos súditos, Foucault (2005, p.130) enfatiza que no século XVII o suicídio usurpava do soberano o direito de morte sobre os seus súditos. E como uma nova forma de dominação soberana, no século XVIII o Estado se fortalece com aparelhos com “a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades”, que garantem relação de dominação a docilização dos corpos. (FOUCAULT, 2005, p. 131)

Segundo Foucault (2005, p. 31), na Idade Média, a teoria do direito teve como função essencial a fixação da legitimidade do poder do soberano. Para Bourdieu (1998, p. 246), a norma jurídica apenas consagra “o estilo de vida simbolicamente dominante”. Em busca da reconstrução do direito, Habermas (1997, p. 169) revela a mistificação que existe dentro do processo de legitimação, pois há uma diferença “entre a legitimidade dos direitos e a legitimidade de uma ordem de

dominação, bem como entre a legitimidade de processos de normalização e a legitimação do exercício do poder político”. A origem da legitimidade das normas na democracia formal “não visa ‘racionalizar autoridade’ pela participação dos cidadãos em processo discursivo de formação de vontades”, nem estabelece uma igualdade política, contudo serve como sustentação para o sistema econômico. (JUSEFOVICZ, 2005, p. 155)

A criminalização e legitimação da violência se estabelecem como fatores basilares para a constituição e fortalecimento dos Estados modernos. Ao defender o direito de punir da nação, Beccaria (2004, p. 38-39) justifica a restrição da liberdade em prol de uma sociedade segura e tranqüila, ao tempo em que o poder de coerção aos comportamentos proibidos por lei fragiliza-se pela ampla subjetivação das definições para termo como “crime” e “o criminoso” (SYKES, 1969). Levando em consideração a importância das regras e normas à estruturação da vida social, bem como problematizando acerca do conceito de crime na contemporaneidade, Giddens (2005, p. 172) traz para o centro da discussão o conceito de desvio, que se estabelece como uma ação social além do domínio criminal, pois para ele ninguém “é tão normal quanto gostaríamos de imaginar”.

2.3 A Morte como Exclusão e a Polícia

Em uma dimensão mais sistemática, a morte como a mais radical forma de exclusão, foi definida por Jean Baudrillard (1996, p.173 -174) como uma “linha de demarcação social que separa os ‘mortos’ dos ‘vivos’”, onde os mortos são os rejeitados da circulação simbólica do grupo, pois paulatinamente “deixaram de existir” nas sociedades modernas. Assim, como forma de exclusão, a “morte não é apenas um tema de reflexão, é uma linguagem, um meio de dizer outra coisa” (ARIÉS, 2003, p. 166). Matando os indivíduos, a sociedade se revela antropológica pela sua intolerância ao excluir sumariamente os considerados “perigosos” (Leví-Stauss *apud* Young, 1999, p. 92).

Com a redução das antigas tragédias ambientais ou de graves ataques à saúde coletiva, é através da violência que a sociedade “*se descarta daqueles que nela não encontra lugar*” (PAULA, 1991, p.,147). De acordo com Agamben (2004, p.,81), houve um momento na sociedade ocidental em que determinado ser humano, denominado *homo sacer*, poderia ser morto por qualquer pessoa, desde que essa morte não fosse o resultado de um ritual ou processo jurídico. Hoje, em razão da desacralização da vida, nem é mais preciso construir a figura jurídica desse *homo sacer*. A morte como uma exclusão social é também um controle dos mortos sobre os vivos através da herança histórica e também uma forma de poder, á medida que a vida passa a ser controlada. Manipulada pelas religiões, que prometem um mundo além da morte, o medo da morte que deveria ser representado com o apego a vida, é simbolizada com o medo da pós-morte.

A violência não pode ser apenas avaliada como um fenômeno de anormalidade mental, ainda que possa ser pensado como um comportamento que contraria as normas e costumes (ROSA, 1973, p. 171). A violência é operacionalizada, muitas vezes, sem que os seus perpetradores saibam que, consoante Arendt (1994, p.66) existe uma relação de consequência entre a “violência e a contraviolência pois ao destruir no adversário a desumanidade do anti-homem, só posso destruir nele a humanidade do homem, e realizar em mim mesmo sua desumanidade”.

No resgate da historicidade das corporações policiais militares no Brasil, é possível perceber como o aparelhamento ideológico dessas instituições se constituiu. Não só através das honras e valores morais que nutrem o policial militar, mas um sentimento da necessidade de obediência cega às autoridades legais, sem que faça verdadeiramente uma reflexão crítica, é um dos motivos que o impulsiona a ação policial. As questões de ordem política e social que dominaram as discussões acerca da reestruturação das polícias militares no final dos anos 80 estão vinculadas a um novo modelo de intolerância que se estabelece.

Os assassinatos na RMS (Região Metropolitana de Salvador), que no período de 1996 a 1999, atingiu a marca de 4.248 mortes violentas e o coeficiente de 40,2

homicídios por 100.000 habitantes (RIBEIRO, S. 2000, p.75). No universo dessas pesquisas, abrangendo-se a desigualdade social em paralelo à violência institucional, firmou-se que “homens negros, entre 15 e 35 anos, moradores de bairros pobres, trabalhadores e sem antecedentes criminais, constituem o perfil da maioria das vítimas. E, firmando o enorme descompasso com lógica institucional do nosso Sistema de Segurança Pública, revela-se que 46% dos acusados identificados dos assassinatos na RMS eram policiais” (idem, p.88). Sem perdemos de vista que a violência policial ganha contornos institucionais quando os perpetradores estão estreitamente ligados ao Sistema de Segurança Pública, pois destaca Espinheira (2000, p. 41-42) ao investigar os lugares e os espaços do crime em Salvador, que *a violência é uma construção política, resulta do jogo de interesses em confronto na vida social.*

Dentro de uma política de controle social, sem perder a visão do controle intra-institucional, o marco de criação da atual Polícia Militar da Bahia, na condição provisória de Corpo de Polícia, deu-se em 17 de fevereiro de 1825. A Polícia Militar da Bahia foi criada pelo Imperador D. Pedro II, frente à necessidade de controlar os conflitos e levantes sociais. Esta referência seria apenas um fato histórico se não ocorresse a continuidade de tais práticas e os seus mais nefastos revezes.

Hoje, com mais de 182 anos de existência, com um efetivo de cerca de 30 mil componentes, a Polícia Militar da Bahia tem feito dos mais diversos confrontos vividos, um processo ideológico para exaltar a vitória de suas participações e o silêncio em razão das perdas humanas. Simbolicamente, em um ponto de destaque da Vila Policial Militar do Bonfim, em Salvador, onde se concentram, principalmente, diversas unidades relacionadas ao ensino e a saúde da corporação, encontra-se “O Monumento Vitória e Silêncio”. Frente a este monumento são prestadas anualmente homenagem, no mês de novembro, aos policiais militares morto naquele ano. A Guerra do Paraguai, a invasão de Canudos e as volantes na campanha contra Lampião, são alguns dos conflitos armados que a corporação participou e estão registrados em destaque nas placas de identificação do monumento.

Os registros históricos inferem que tanto a Guerra do Paraguai como a Batalha de Canudos se desenvolveram de forma eminentemente militar onde cumpriu “o Corpo de Polícia da Bahia sua missão em defesa da Pátria, pagando, por isso, embora, um altíssimo tributo de vidas, historicamente perdida nos campos de batalha”, que segundo Aranha (1997, p.1-23) dos 477 voluntários apenas 77 regressaram para testemunharem. “A Bahia, emocionada e em festas, recebeu seus heróis, prestando-lhes, através das suas autoridades e do seu povo, a mais carinhosa e grata homenagem.”

Em solo baiano, o drama de Canudos transformou-se em um dos mais sangrentos da história à medida que além dos jagunços, mulheres e crianças perderam a vida em um ano. Como diz Aranha (1997, p. 1-28), entre “as tropas da República, Exército e Polícia haviam perdido em um ano de campanha cerca de cinco mil homens”. Sem que se perca de vista a totalidade das conseqüências da morte sobre o indivíduo, tendo como foco a morte violenta, matada, o assassinato ou o homicídio, efetuado ou sofrido pelo policial militar.

2.4 Panorama da Morte: uma tragédia brasileira

Analisando o caos organizacional das instituições inseridas no sistema de segurança do país, Soares (2006, p. 115) denomina esta situação como a “tragédia brasileira” ao se debruçar sobre os números que revela o déficit da quantidade de jovens na estrutura demográfica do Brasil em razão dos assassinatos.

Sigmund Freud (1980, p. 170) traz uma questão fundamental para o entendimento da violência da espécie humana ao duvidar que o “desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição”. De acordo com Comparato (1999, p. 09) a tragédia grega, muitos séculos antes da psicanálise, representa a primeira “grande introspecção nos subterrâneos da alma humana, povoados de paixão, sentimentos, emoção e de caráter irracional”.

Um paradoxo se revela no relatório “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil 1979-2003”, divulgado pela Unesco (2005), visto que, vêm à luz que, mesmo “sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamento políticos levados ao plano de luta arma”, o uso de armas de fogo tem matado mais pessoas do que em muitos locais em guerra e guerrilhas pelo mundo (idem, p. 29). No Brasil, o número de homicídio tem aumentado vertiginosamente, pois no final dos anos noventa o Brasil apresentava uma taxa de homicídio de 26,3 por 100 mil habitantes, tendo também um crescimento em torno de 10 mil homicídios em 1980 para 40 mil homicídios registrados ao ano em 2000 (PINHEIROS; ALMEIDA 2003, p. 18).

No bojo da violência e a sua interfase com a saúde, suicídio ou violência auto-afligida ganhou destaque no Relatório Mundial Sobre a Violência e a Saúde da OMS (Organização Mundial da Saúde), publicado no ano de 2002. Este relatório ressalta que nas mortes relacionadas à violência ocorridas em 2000, a estimativa de morte por suicídio chegou a aproximadamente 815 mil casos superando mundialmente o somatório do número de homicídios (520 mil) e de mortes relacionadas às guerras (310 mil). O mesmo relatório chama a atenção para o fato de “que nas regiões da Europa e sudeste da Ásia, os índices de suicídio são mais do que o dobro dos índices de homicídios”, ao passo, “que nas regiões da África e da América, os índices de homicídio são quase três vezes maiores do que os índices de suicídio” (OMS, 2002, p. 10). Minayo (1998, p. 424) já havia alertado para a possibilidade da influência do contexto normativo na variação dos índices do suicídio e homicídio, consoante a reflexão:

Nas sociedades fortemente estruturadas onde as regras morais que diferem o bem e o mal são rigidamente codificadas, a razão entre suicídio/homicídio e a tendência autopunitiva são muito relevadas. Aquelas onde a ordem social é menos rígida e são mais frouxas as normas morais, teriam maior propensão a apresentar altas taxas de homicídios.

Esta reflexão permite que comecemos a pensar sobre as mortes e os suicídios de profissionais que atuam sob uma rotina militar de hierarquia e disciplinas rígidas. Minayo (2005, p. 21) pesquisou no Estado do Rio de Janeiro no

período de 1994 a 2004 a “vitimização de policiais e realizou-se análise de dados primários sobre a morbimortalidade por acidentes e violências que vitimaram as seguintes categorias: guardas municipais, policiais militares e civis”. Foi observado na polícia militar fluminense, que no ano de 2004, o número de policiais mortos em serviço foi 2,5 vezes maior do que em 2002. Se levarmos em consideração que, muitas vezes, esses números são deturpados para manter a saudável imagem corporativa, a realidade descrita é ainda mais cruel.

Aos olharmos para a realidade do suicídio no Brasil, notamos que poucas instituições buscaram investigar tanto tais ocorrências em seus quadros profissionais quanto às corporações policiais militares. Nos primeiros anos da década de noventa, estudos acadêmicos efetuados na Polícia Militar de São Paulo, constataram que o número de suicídios entre os policiais militares daquele Estado aumentava de forma assustadora. Pois, de um quantitativo de 06 (seis) policiais militares mortos em 1979 com efetivo de 73 mil homens, os milicianos paulistas chegaram a um total de 35 casos de suicídio dentro de uma população de cerca de 80 mil profissionais em 1992 (RIBEIRO, 1993). O dito autor denunciou, naquele instante, que o suicídio era seis vezes maior entre policiais do que na população em geral, assim como, dentre as profissões, a de policial que apresenta o maior índice de auto-extermínio no Brasil. Foi trazido a lume a fragilidade do ser opressor e oprimido que se esconde por traz da vigorosa máscara de policial militar. Ao pesquisar a relação da polícia militar na Bahia com a sociedade democrática Oliveira (2005, pág.282) revela como ainda as forças policiais estabelecem um aparato de ações que tornam “as ruas um campo de batalha e os cidadãos inimigos internos a serem subjugados e eliminados”, contudo na mesma batalha muitos policiais são mortos.

Em um trabalho singular na Bahia e quiçá no Brasil, no ano de 2003, como trabalho monográfico de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar da Bahia, três Capitães fazem um levantamento dos assassinatos de policiais militares da ativa em Salvador e produzem um perfil típico dessas vítimas e destacam as principais conseqüências em que as mortes aconteceram. Limitando aquela pesquisa entre os anos de 1998 a 2002, Damascenos, Santos Junior e Moraes (2003, p. 184) concluem que os vitimados eram, em sua grande maioria, soldados, do sexo masculino, foram vitimizados por arma de

fogo e estavam lotados em unidades operacionais. No período da supracitada pesquisa foram registrados 62 casos de assassinatos de policiais militares em Salvador, sendo que 25% dessas ocorrências foram registradas no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Definitivamente, rompeu-se assim com a cultura de sofrimento silencioso da caserna. Aqueles estudos expuseram o emocional do homem dentro do meio policial, corroído pelo estresse e a impessoalidade da própria atividade profissional. Para Patrocínio (2003, p. 19), tal situação não se fez diferente na Polícia Militar de Minas Gerais, quando em 1987 os “altos índices de suicídios” e “o grande volume de internações psiquiátricas” foram observados. E muitos dados sobre tal tema ainda são escondidos, a exemplo da matéria da Revista Caros Amigos de setembro de 2003, assinada por Sérgio Kalili, intitulada “O relatório sobre a vergonha nacional”. Segundo Kalili (2003, p. 20), os próprios policiais são vítimas dos registros da causa morte pois “em Rio Preto, este ano, um PM foi assassinado dentro do quartel por outro PM. No boletim de ocorrência estava: suicídio”.

A Polícia Militar de Estado da Bahia, que tem um efetivo de cerca de 30 mil milicianos, entre 1998 e 2001, registrou-se cerca de 50 casos de suicídios ou tentativas de suicídios de policiais militares. Em um estudo que também enfoca a letalidade da atividade policial, Maria da Conceição Rodrigues (2002, p.162), associa as condições de trabalho e fatores da administração, ao elevado número de suicídios entre policiais militares baianos.

De acordo com Arendt (2004, p.132) “o clímax do terror é atingido quando o estado policial começa a devorar seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem se torna a vítima de hoje”. Em São Paulo, os estudos acerca do suicídio entre policiais militares principiaram-se no final da década de 70. E sabe-se que a partir de 1989 a quantidade de suicídio, que estava em média 06 casos ao ano, subiu para 19. Em 1992 chegou-se a um grave patamar, no mesmo ano do Massacre do Carandiru, atingindo ali uma taxa de suicídio 5.7 vezes maior que a do próprio estado e 6.5 vezes maior que a taxa do Brasil (Revista Época, 1993, p. 44-45).

2.5 O Suicídio

Em se tratando de morte na seara da atividade policial militar, faz-se necessário tratar sobre o suicídio. Desta forma, se a morte é vista como uma exclusão social o que dizer do suicídio? Para Baudrillard (1996, p.234) é por meio do suicídio que “o indivíduo julga e condena a sociedade” em que vive.

Nos “ensaios em defesa da sociologia”, Giddens (2001, p. 229) chama a atenção para o fato de que no final do século XVIII o crescimento rápido das ocorrências de suicídio na Europa, gerou a ampliação dos estudos sobre tal tema. Todavia, atualmente, alguns países europeus têm ainda o apresentado como a principal causa de morte a violência auto-infligida, segundo Cavalcante e Minayo (2004, p. 373). Dentre as várias definições de suicídio, costuma-se conter uma idéia central, ligada ao “ato de terminar com a própria vida, juntamente com idéias periféricas, relacionadas à motivação, à intencionalidade e à letalidade” (WERLANG, 2004, p. 18). No século XIX, entre as teses psicológicas e sociológicas sobre suicídio que dominaram o ambiente acadêmico, Esquirol apregoava que o suicídio estaria definitivamente vinculado aos transtornos mentais, enquanto Durkheim assinava as explicações sociológicas para a compreensão do suicídio (GIDDENS, 2001).

Esquirol, desde sua obra “*De maladies mentales*” em 1838, estabeleceu um modelo psicológico do suicídio que foi mais tarde teorizado por Freud que, mesmo sem tratar do suicídio profundamente, tratou dos “conflitos do homem consigo mesmo e com os demais a sua volta” (CAVALCANTE & MINAYO, 2004, p. 378). Ressalta-se, consoante Dias (1991, p. 20) que Freud produziu uma obra específica sobre o suicídio em 1910, intitulada de “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio”, além de ter tratado amplamente sobre a pulsão de morte do ser humano.

A individualização do suicídio tem sido firmada pela patologização no campo da biologia conforme destaca Turecki (1999), ao apregoar que o suicídio pode ser consequência de fatores genéticos que interferem na regulação do sistema

“serotoninérgico mediador impulsividade e agressividade comportamental”. Sabe-se por um lado, que a partir das emergências de fantasias inconscientes de culpa, frente a um ego fragilizado, para Dias (1991, p. 18) o suicídio torna-se fruto de estado psicótico em se tratando da teoria psicanalítica. Por outro lado, segundo Werlang e Botega (2005, p. 88), o comportamento suicida é centrado no “pensamento dicotômico e rigidez cognitiva” que dificultam a flexibilidade ou a visualização de alternativas para resolução das demandas pessoais, quando a morte se faz única saída para fugir da dor.

De acordo com o dicionário de Outhwaite e Bottomore (1996, p. 751), o trabalho de Émile Durkheim é “a mais completa, abrangente influente das teorias sociais sobre o suicídio”. Durkheim (2003, p. 12) formula uma organização de relações inteligíveis próprias a uma seqüência de acontecimentos, consoante o próprio pensamento associado à ciência moderna. Rompendo com o senso comum, os pressupostos metodológicos durkheimianos são colocados à prova na obra “O Suicídio”, em que a manipulação de variáveis e dados empíricos é feita pela primeira vez num trabalho sociológico sistemático e devidamente delimitado.

Segundo Giddens (2001, p. 232), Durkheim não foi “o primeiro a propor que as taxas de suicídio deveriam ser explicadas sociologicamente”, porém destacou-se pela sua capacidade de sistematização teórica que “reuniu as principais correntes empíricas”. Consoante Nunes (1998), apesar dos estudos de Durkheim terem sido realizados no final do século XIX e das severas críticas por parte de psicólogos e sociólogos compreensivistas e de outras vertentes epistemológicas, suas colocações mostram-se bastante atuais, especialmente quando relacionam a forma de organização do trabalho com o surgimento de sofrimento psíquico, a exemplo do suicídio. Durkheim (2003) critica o uso das terminologias simples para se conceituar o suicídio. Desta forma, fugindo ao senso comum, tendo em vista que qualquer dicionário definiria suicídio como o ato de tirar voluntariamente a própria vida, Durkheim (2003), estabelece um instrumento para análise científica e diz que:

Chama-se de suicídio todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir esse resultado. A tentativa de suicídio é o ato assim definido, mas interrompido antes que dele resulte a morte. (p.15)

O termo “suicídio” que vinha sendo analisado como um problema de ordem moral, passa a ser observado como um problema social, não só afeito agora ao indivíduo e família, mas sim a toda sociedade. Para Durkheim (2003, p. 12) a causa principal geradora do suicídio é exterior ao indivíduo, existindo em cada grupo social, uma inclinação de ordem coletiva para o suicídio, e daí é que derivam as inclinações particulares. Para ele o suicídio do indivíduo tem a sua causa básica no âmbito da sociedade, ou seja, origina-se no meio que o rodeia. (p. 13).

Para além dos discursos sociológicos ou psicológicos, o suicídio tem a sua representação carregada em si de sentidos contraditórios que denotam honra ou vergonha e derrota ou vitória. Numa tentativa de compreensão do suicídio Dias (1991, p. 24) analisa que qualquer construção conceitual sobre tal temática recai-se sobre as contingências de ordem “sócio-psico-cultural”. Logo, é ampla a compreensão por parte dos pesquisadores de que não tem sido possível estabelecer um fato único como causador do suicídio, nos conduz a pensar que muitas luzes precisam ser lançadas sobre este objeto e que esta tarefa não se constitui algo fácil.

Dattilio (2004, p. 87) ao tratar dos fatores sociais e psiquiátricos de risco do suicídio, dentro do contexto da depressão, reflete sobre a possibilidade de se estabelecer no plano de investigação uma relação entre a tendência e ideação suicida no plano individual e a sua execução do suicídio vinculada às contingências sociais. Buscando minorar a polémica acerca dos estudos sobre o suicídio Giddens (2001, p. 240) firma que “aceitar que fatores sociais possam ter seu papel na etiologia do suicídio não envolve a exclusão de outros fatores causais”.

Discutindo sobre o grande número de suicídios entre os policiais militares no estado do Espírito Santos, Anjos (1999, p. 141), citando Alex Inkeles, defende a idéia de se estabeleça uma “unidade de análise” onde haja a possibilidade de focarmos os estudos em fatores tanto psicológicos quanto sociológicos para que:

se for o indivíduo, a análise se restringe às variáveis internas e tem o inconsciente como ponto de partida. As explicações por parte da sociedade ficam por conta da análise daqueles fatores externos que atuam no indivíduo, levando-os à autodestruição.

Estas questões ganham maior corpo em todo país quando se observa que no Projeto de Segurança Pública para o Brasil, elaborado pelo Instituto da Cidadania, no ano de 2001, em sua síntese diagnóstica das polícias militares do Brasil revela-se o seguinte: “a média de suicídio nas polícias militares é muito superior àquela verificada na sociedade”.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA IDEOLÓGICA DA INTOLERÂNCIA

A atividade policial militar tem como característica básica, distintiva de algumas outras profissões, a sua estruturação na hierarquia e na disciplina, que inevitavelmente possibilita a dominação e submissão de indivíduos subordinados aos interesses dos que dominam. Aliado as citadas características está “o princípio de ethos da polícia, quando o recurso da violência” (BRODEUR, 2004, p. 484), em virtude do monopólio do uso da força, se faz legítimo para manutenção da ordem, paz e tranqüilidade pública. Quando a sua legitimidade é posta em questão estes cenários se descortinam em razão da construção de novas formas de violência na contemporaneidade, nas quais o policial militar, que “nunca aprendeu a lidar com situações onde encontra resistência”, está inserido (BRODEUR, 2004, p. 483).

3.1 O Policiamento e a Polícia Militar

As estruturas policiais modernas não estavam vinculadas aos controles dos crimes ou dos interesses sociais. Marcos Luiz Bretas (1997, p. 40) ao estudar a gênese das polícias na Europa destaca que o modelo francês era de uma polícia autoritária e preocupada com a segurança das instituições do estado, enquanto o modelo inglês determinava um maior controle dos cidadãos, mais estava focado na segurança individual. Para que se possa construir uma visão crítica do que está acontecendo nesta seara, é importante termos um conceito mais fundamentado no “Dicionário de Política” de Norberto Bobbio (1995). O termo polícia que é:

É uma função do estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a por em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: de segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranqüilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais. (p. 944)

De acordo com Marcos Rolim (2006, p. 21), o policiamento é compreendido com uma atividade específica de patrulhamento preventivo de uma determinada área, pautado a um planejamento e a polícia se estabelece como uma estrutura pública e profissional. Para Robert Reiner (2000, p. 20), tipificando a polícia como uma instituição social, enfatiza que ela “é apenas um dos exemplos do policiamento”.

Esta distinção é interessante ser exposta, porque muito antes de existir a polícia, que como instituição é uma invenção moderna do século XIX, já havia policiamento em muitas sociedades da antiguidade. Como um instrumento controlador das revoltas populares e desordens que já não poderiam ser contidas de forma violenta pelo Exército ou por tropas de voluntários, havia uma necessidade de uma polícia permanente (ROLIM, 2006, p. 24).

O Estado estabelece as normas sem que propicie as condições necessárias para a execução da paz social. As polícias passaram por um processo de mudança calcado na racionalização de suas ações no último século, mas manteve um grande distanciamento dos interesses da sociedade. Emergem as dificuldades de se policiar um mundo “fragmentado e pluralista” regido pela livre sociedade de mercado que alimenta o fosso da distribuição de riqueza e retrai a solidariedade social (REINER, 2000, p.15).

Segundo Reiner (2004, p. 133), as leis que regem as práticas policiais tendem a ser permissivas para permitir a efetivação do poder discricionário. Assim, a morte efetuada pelo policial em serviço pode também ser referendada como o uso da força letal no estrito cumprimento do dever legal. Ainda que não tenha autorização para matar e sua ação deva ser regulamente calcada no uso da força mínima para manutenção da paz social. A possibilidade de matar em legítima defesa

ou de outros, ganha autonomia e foge ao controle dos organismos de fiscalização. Desde a criação das corporações policiais inglesas no século XIX, Rolim (2006, p. 35) destaca as estruturas estranhas destas instituições que nunca foram de fato controladas.

Mesmos que os índices de homicídio fossem menores que os delitos contra a propriedade, segundo Bretas (1997, p. 136) no início do século passado, no Estado do Rio de Janeiro, “um assassinato misterioso mobilizava a opinião pública, e a polícia era obrigada a envidar seus melhores esforços para localizar o criminoso”. Houve um tempo em que as ocorrências policiais com morte não eram rotineiras, se comparado ao clima de guerra não declarada que se estabelece nas grandes capitais brasileiras. Contudo, pensar na relação da polícia com a morte é construir os caminhos percorridos pelas corporações policiais nos últimos anos para se notar que matar e morrer se torna uma prática tão freqüente que parece ser algo inerente à profissão policial militar. O significado da morte e seus efeitos nas sociedades não podem ser deixados de lado, pois é importante buscar-se o significado da morte para os policiais militares que laboram em condições de uso do monopólio da violência.

No âmbito das ciências sociais, alguns discursos inferem que a violência policial teria fulcro no embate entre a incapacidade dos governos em atender minimamente as expectativas de direito da sociedade e o uso voraz das policiais militares para manutenção da ordem supostamente estabelecida durante os governos militares. Delineando os limites de sucesso desses policiamentos calcado na saturação pela presença excessiva de policiais, Reiner (2004, p. 16) afirma que “a polícia parecerá bem sucedida quanto menos ela for necessária”. Refletindo sobre o uso abusivo da força policial, ele nos alerta para os conflitos e inseguranças produzidos pelo simples uso da força policial, que não pode ser chamada a produzir a ordem social (p.17). Contudo, Bobbio (1999, p. 106) considera que “não há poder político sem monopólio do uso da força”.

O uso das forças policiais, moldado no período ditatorial com o fito de fazer frente à demanda, despontou como o recurso mais imediato, também acontece em razão da difícil reestruturação das policcias militares no Brasil (PERALVA, 2000). Luiz Eduardo Soares (2006, p. 111), ante a demanda estabelecida entre conservadores que

queriam a manutenção da antiga estrutura policial “e os progressistas que não queriam nem ouvir falar em polícia”, revela que na transição democrática brasileira mais recente, “as polícias e as prisões ficaram a margem do processo” de novas adaptações.

Como braço forte dos governos estaduais para a manutenção da ordem, mas já sem a liberdade corporativista que os mantiam quase intocáveis, a violência urbana e a criminalidade passam a ser temas nas agendas dos governantes brasileiros. Porém, neste cenário Soares (2006, p. 112) ressalta que se esquecendo do fator segurança, a esquerda (progressista) conceituava o crime apenas como uma consequência de causas primárias como “economia, educação, emprego e desigualdades sociais”, que deveriam ser tratadas emergencialmente. No prefácio do livro “A síndrome da rainha vermelha” de Marcos Rolim (2006, p.11-12), o próprio Luiz Eduardo Soares ao refletir sobre segurança pública, no Brasil após o período ditatorial, enfatiza:

A esquerda lavou as mãos, a espera da redenção socioeconômica, quando supostamente celebraremos o fim das iniquidades e a sociedade será igual, fraterna e justa. E viverá para sempre em harmonia. A direita sujou as mãos com sangue e lama, em nome da lei e da ordem, que se manifestam sob a forma de discriminação e violência com os de baixo, e tolerância indulgente com os de cima.

As discussões sobre a atuação regular de policiais militares trazem a luz qual seria o limite do uso da força por parte desses agentes públicos. Com a estruturação da nova ordem democrática que se estabeleceu a partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil, os movimentos sociais também ganharam novos objetivos. Os clamores da sociedade civil, dos partidos e das entidades de classe que moveram, por três décadas, os discursos na luta pelo estabelecimento de um Estado de direito, demandam agora por investimentos em demandas estruturais (GOHN, 2000, p. 309). Esses movimentos agora, laboram também por uma ampla efetivação dos direitos e garantias, com vistas à minoração dos efeitos imediatos da miséria nos grandes centros urbanos. Segundo Gohn (2000, p. 311) a mobilização da sociedade através, do poder midiático das ONG, colocaram na agenda de prioridade dos poderes públicos temas como fome, miséria e sobrevivência.

Essa nova ordem social trás a luz as ansiedades provocadas pelo medo à mudança e desconfiança que paira sobre as instituições, pois é claro que o fortalecimento da democracia, com a disseminação de informações, tem tornado “os indivíduos mais astutos e mais críticos” (FRIDMAN, 2000, p. 64). À medida que surgem as novas fronteiras estabelecidas com a redemocratização do Brasil, ações de controle social não comportam apenas o uso da força física para a manutenção da nova ordem. O policial da nova ordem já faz sua autocrítica e a sociedade civil passa a pressionar por uma melhor polícia. Mas as condições parecem que não dão margens para outras ações senão as do uso da força, sobre os olhos de certa realidade, para um policial, que tem a missão proteger a sociedade de que é parte.

A sociedade do controle, nas suas constantes tentativas de reeducação do comportamento humano, tem buscado certo controle político, por meio da legitimação das relações de poder (BASTO NETO, 2006, p. 66,67). A sociedade civil tem ensejado uma maior fiscalização e punição dos abusos ao uso da força pelos agentes da segurança pública. Neste conflito entre a sociedade civil e o poder estatal, foram postas as forças policiais contemporâneas. Ou melhor, em meio a esta demanda está o policial militar, sendo exigido dele maior efetividade em seu trabalho e penalizado pelos muitos excessos, conseqüentes ou não da busca de certa “produtividade”.

Podemos compreender que “ingovernabilidade gera crise de legitimidade”, consoante pensa Bobbio (2003, p. 36), ao destacar que uma sociedade torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil. Vale ressaltar que para Bobbio (2003, p. 37) a sociedade civil é entendida como um “lugar” que durante as crises institucionais se estabelece a “deslegitimação” e “relegitimação” dos poderes. Ao se reportar a esta participação da sociedade civil na deliberação das políticas públicas Avritzer e Pereira (2005, p. 19) destacam os estabelecimentos de instituições híbridas através de conselhos que interferem na gestão de diversas áreas como na polícia. Obviamente que esta gestão híbrida não resultou na captação de recurso para as corporações policiais militares, nem qualquer discussão sobre a condição de vida e trabalho do policial militar brasileiro.

3.2 Estrutura Sócio-histórica da PMBA

Quando tratamos da estrutura uma instituição que é ambiente da pesquisa é como comum observarmos seu estatuto, regimentos, diretrizes básicas, organização e história. Como uma prática comum do Estado de Direito os documentos que norteiam as ações das policiais militares prontamente se adequaram às normas constitucionais, porém a história dessas corporações nos permite resgatar passados abusos e a sociologia nos revela as atuais tensões cultuadas pelas respostas prontas e imediatas aos clamores sociais por segurança.

Um exemplo interessante na Bahia foi a tentativa de implantar o Tolerância Zero. Nos anos noventa o aparente sucesso público do programa Tolerância Zero, em Nova York, explicaria os rumos da reforma do aparelho policial brasileiro que privilegia as “estratégias agressivas de vigilância e policiamento” (BELLI, 2004). Porém, muito pouco há de novo além de alguns investimentos em certa tecnologia, recursos materiais e medidas operacionais mais vigorosas. Em reportagem produzida pelo jornalista Tasso Franco da Tribuna da Bahia, 22 de maio de 2006, intitulada “Tolerância zero na Bahia”, retrata um pouco das tentativas e erros das políticas de segurança pública dos Estados brasileiros:

“Na Bahia”, no início do governo **César Borges**, em junho de 1999, a então secretária de Segurança Pública, Kátia Alves, o comandante da PM, coronel Jorge Santos e o delegado chefe da Polícia Civil, Altamirando Rodrigues, foram aos Estados Unidos a mando do governador com o objetivo de implantar procedimentos similares aos da polícia novaiorquina (Tolerância Zero). Esse programa reduziu a prática de crimes nos EUA atuando em frente ampla, pequenos, médios e graves delitos numa ação conjunta cidade/estado/polícia/justiça. O trio baiano esteve com Howard Safir, chefe da Polícia de NY, com Jesse Peterman, do Departamento de Polícia, anotou muitos procedimentos e retornou para implantar o Tolerância Zero.

A menor observação no Planejamento Estratégico do Governo do Estado da Bahia, deixaria claro para qualquer gestor que é preciso fazer algo mais do que ser

apenas um Estado assumidamente intolerante. Pois, para o exercício de 2004 a 2007, está firmada a preocupação em relação à desproporcionalidade existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e as suas possíveis conseqüências:

O panorama social descrito revela que, apesar dos significativos avanços verificados, a Bahia ainda apresenta um patamar de desenvolvimento humano aquém do desejado, posto que é insuficiente para assegurar a coesão e justiça social almejadas.(p. 70)

Notadamente, Giddens (2000), assinalando uma terceira via, destaca a complexidade da reforma de governo e do Estado no sentido de aliar a liberdade do mercado com o atendimento às necessidades do bem estar social. Este panorama enseja que sejam pensadas as tensões sociais em razão das desigualdades e conflitos de interesses que dificultam o franco estabelecimento da ordem social.

No âmbito interno das corporações policiais militares brasileiras existem amarras ideológicas estruturais históricas que precisam ser destacadas. Os recursos para manutenção das forças de proteção até hoje no Brasil permanecem presas às forças oligarquias, principalmente nas pequenas cidades do interior, onde, muitas vezes, o policial depende economicamente do prefeito ou do líder políticos local, que o seleciona. Apoiado em Bourdieu (1996, p. 103) penso que manter tropas permanentes sem funcionamento dilacera “o capital simbólico de reconhecimento, de legitimidade”, assim as polícias precisam sempre estar mostrando vigorosamente o seu trabalho e que é necessária.

Em um livro intitulado “O povoamento da cidade do Salvador”, Thales de Azevedo, retrata, no Brasil colonial, a sanha pelo controle das instituições, as dificuldades vividas e as reações pelas tropas, que defendiam a cidade de Salvador dos possíveis invasores. Nos anos setecentistas, em tempos de paz, frente à incapacidade dos governantes sustentarem as milícias estas eram alimentadas pelos comerciantes e fazendeiros, eram alojados nas casas dos habitantes da cidade. Por falta de pagamento “os Generais não só permitem, mas dão licença para que os soldados façam algumas saídas, e se eles excedem nelas, não se procede a castigo” (AZEVEDO, 1969, p. 306). Com fragilização da disciplina e a incapacidade

dos habitantes suportar os sacrifícios do sustento da infantaria, em 1688 explode um motim das tropas que reclamava a falta de farinha, de acordo com Azevedo (1969, p. 310).

A falta de farinha conduziu ao motim. Se não for possível atestar a brasilidade daqueles milicianos, pelo menos às condições sociais e de luta dos mesmos está evidente. A farinha se estabeleceu naquela época como um argumento concreto de algo que poderia se chamar fome, no que tange a tratar dos seus direitos, superada só em estágios extremos de necessidade que, por outro lado, sempre foram minimizados por desvios, sabiamente, contemporizados pelos comandantes. Assim, sem querer justificar tais condutas, pode-se começar a compreender os desmandos, corrupções, intolerância e violência na policial militar, naquele período, sem perder de vista que muitas das passadas demandas das corporações policiais militares permanecem.

No último movimento de greves das policiais militares no Brasil em 2001, um dos líderes do movimento na Bahia ao ser questionado se ele era um dos líderes da greve prontamente respondeu para a Folha São Paulo em 14/7/01: "Eu não sou líder de nada. Quem lidera esse movimento é a fome que os policiais e os filhos (deles estão passando)." Na vida do policial, ante ao culto da honra, poder, bravura, exemplo e a estética militar, os problemas sensação dos sociais se agravam quando atravessam a couraça que é a farda, conforme podemos observar no que dizia o Coronel PM Nazareht Cerqueira (1993, p. 03):

A diversidade e a complexidade dos problemas que afligem o homem moderno tomam um vulto ainda maior quando se trata do policial brasileiro. O trabalho em condições muitas vezes adversas, a preocupação constante com o suprimento de meios para manter a família, a pauperização do país dificultando a obtenção de um salário digno, são elementos de uma longa lista que contribuem para o desgaste físico e mental deste policial.

Mesmo com toda estrutura de manutenção da ordem vigente, um exemplo histórico de mudança vem de uma reforma social silenciosa que, se processou nas estruturas da Guarda Nacional. Segundo Castro (1979, p. 10), no período entre 1831 a 1850, no Brasil institui-se uma Guarda Nacional, inspirada nos ideais da Guardas

Nacionais americanas e francesas, que foi aqui denominada de Milícia Cidadã, pela compreensão de que um miliciano antes de ser soldados era cidadão (p. 9). A Guarda Nacional brasileira para Castro (1979, p. 240) foi a primeira experiência de liderança institucional da população de cor, pois aceitou no quadro de oficiais, pessoas não-brancas, oriundas de grupos desfavorecidos. Contudo, este fato gerou uma situação de desconforto ao grupo hegemônico da época:

Na França, as guardas nacionais, apelidados de baionettes inteligentes, defendia melhor as propriedades que o estado. No Brasil, poderiam ter-se transformado em um instrumento de mudança social por intermédio do sistema eletivo de acesso ao oficialato por quatro anos. Mas todas as possibilidades de afirmação social e étnica foram interrompidas e desviadas pelas modificações decorrentes da descentralização – reflexo do Ato Adicional - ligando estreitamente a milícia cidadã aos interesses da política local. A reação das classes conservadoras, que controlavam a liderança nacional, retirando-lhes o poder democrático do voto e a temporalidade dos postos, sujeitou-se ao arbítrio provincial totalmente dependente do poder central. A reforma de 1850 nada mais fez do que oficializar aquelas alterações no sentido de um maior controle, mas, sobretudo tornou a Guarda Nacional brasileira um instrumento social da camada conservadora na manutenção de seus privilégios, anulando legalmente todas as suas características democráticas e aproximando-a de suas congêneres estrangeiras. (p. 14)

No âmbito da história da sociedade brasileira podemos encontrar outras versões como a de Alencar (1996, p. 139-140) para quem a Guarda Nacional, criada pelo então ministro da Justiça, o padre Diogo Antonio Feijó, em agosto de 1831, teve o claro fim de repressão ao movimento militar existente que contava com o apoio do povo e eram:

...milícias compostas por fazendeiros que, armados e comandando voluntários, a maioria dos quais seus agregados nas fazendas, ganharam legitimidade para reprimir a “anarquia” reinante. Subordinados apenas aos juizes de paz de cada latifundiário em nível local. O poder dos “coronéis”, durante a República, teve aí sua origem. (p.140)

3.3 A Especialização Policial

Frente ao conflito do policial militar contemporâneo, uma medida muito comum nas corporações policiais militares e civis é a organização de grupos, equipes ou unidades especiais, que são regidos por uma 'ética' própria e movidos, geralmente, pelo simples fato de serem 'especiais'. Teoricamente mais preparados tecnicamente para fazer frente a operações de elevados riscos e resistente aos conflitos intrapessoais, estes ditos 'super-homens' adotam a fama de verdadeiros policiais.

Todavia, mais uma vez efetuando um resgate sócio-histórico, observei que fugindo aos padrões legais, o uso da força letal por parte das polícias, como única forma de controle à criminalidade crescente no Brasil, destaquei os anos 60 aos 80 com as atuações de forças especializadas nos grandes centros urbanos, às vezes não oficiais. Segundo Huggins, Harito-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 143) nos anos 60, a Polícia Civil de São Paulo atuava com "esquadrões militarizados e equipes *swat*" denominadas Rondas Unificadas do Departamento de Investigação (Rudi) e Rondas Noturnas Especiais de Polícia (Rone) que deram origem aos diversos esquadrões da morte.

Os esquadrões da morte, que buscavam mostrar eficiência no seio da Polícia Civil paulista, retratam bem esta vertente (BICUDO, 1976, p.15). O valor da vida de um policial era medida através da morte de muitos marginais, pois segundo Bicudo (1976, p.27) para esses esquadrões "cada policial morto no cumprimento do dever, tinha que corresponder já não o sacrifício de quem lhe roubava a vida, mas o de dez marginais". Para Arendt (1985, p. 20), sob pena de não sabermos quem é o agente da lei e os criminosos, faz-se necessário:

Decidir-se, e em que sentido, pode o 'poder' se distinguir da 'força', para que possamos averiguar como o fato do uso a força, de acordo com a lei, modifica a qualidade da mesma força apresentando-nos um quadro inteiramente diferente das relações humanas.

Enquanto num Estado de direito, os aparelhos estatais exercer o direito de coação após um julgamento regular, em estado de guerra, o uso da força não segue a regra "ao cálculo das utilidades" (BOBBIO, 1999, p. 100). Há nesses grupos uma forte semelhança tendo em vista que elas eram pequenas unidades de

elite, freqüentemente militarizada, com certa independência operacional. (HUGGINS, HARITO-FATOUROS e ZIMBARDO, 2006, p. 32). No Estado de São Paulo também surge a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) “criada em outubro de 70, para reprimir as ações guerrilheiras de assalto a bancos”. Caco Barcellos (2003, p. 96), em seu livro-reportagem, denuncia os efeitos em potencial do período ditatorial sobre as ações policiais militares ainda nos anos 70. Pois, segundo ele os PMs superaram os “seus professores do passado” em números de mortos e na espontaneidade das ações violentas:

Além de terem copiado o método brutal da repressão — o fuzilamento —, ainda conseguem a proeza de desrespeitar a lei do direito à vida de forma mais insana. Enquanto os policiais da repressão política se baseavam em uma investigação para selecionar o inimigo a ser morto, os matadores da PM agem espontaneamente, sem nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança. (p. 97)

De acordo com Huggins, Harito-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 440), apoiada em Sam Keen, a violência é implantada ideologicamente como idéia de que “para que o soldado possa matar, precisa internalizar uma imagem de um inimigo odiado ou temido”. Para eles as posturas são reforçadas com rotinas e processos que inibem “as emoções ‘não masculinas’ de compaixão, ternura, preocupação ou empatia” (p. 446). A masculinidade tem sido constantemente relacionada a violência, pois para Nolasco (2001, p. 64) a palavra “masculinidade” pode ser entendida como “viril”, “enérgico”, “forte” e “ativo”, sendo assim conceitua a violência masculina como:

uma dissonância no sentimento de identidade gerada pela perda dos modos de reconhecimento e inserção social resultante da descaracterização das insígnias masculinas anteriormente definidas pelas sociedades tradicionais.

Apesar das novas perspectivas criadas com o advento da Constituição Federal de 1988, as ações violentas de policiais foram retratadas nos anos 80 por Barcellos (2003, p. 96) desmascarando uma polícia que matava (ROTA), porém sempre buscando uma justificativa na auto defesa:

A narrativa do histórico dos fatos tem geralmente a mesma seqüência. O PM desconfia de alguém na escuridão. O suspeito foge disparando a arma. O policial revida e atinge o suspeito. Socorrido, o ferido morre a caminho do hospital. A condição de vítima ou de agressor geralmente é invertida, como aconteceu no caso Rota 66. O morto sempre é o culpado pela morte dele.

A racionalização se firma pela crescente busca do cumprimento da legislação vigente e o inevitável conflito entre juridicação e os ditames da cidadania. Longe do viés meramente ditatorial do regime militar, a violência policial no Brasil, hoje está voltada contra os membros das classes subalternas, que se assemelha à ambiência de boa parte dos mesmos policiais (CHEVIGNY, 1991; ANJOS, 1999). Seguramente, os líderes políticos não se encontram suficientemente informados acerca das limitações da força policial para fazer frentes às diversas faces da criminalidade atual, pois a polícia determinada a coibir qualquer tipo de crime seguindo quando possível os ditames legais (GOLDSTEIN, 2003, p. 18). Assim:

os matadores da PM agem espontaneamente, sem nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança. Consigo fazer essa afirmação depois de ter examinado exatamente 33 tiroteios ocorridos em 1975. Mas teriam os policiais de fato cometido um crime? [...] Do total das 33 vítimas, apenas onze eram registrados como ladrões nos arquivos da polícia. A grande maioria tinha a ficha limpa: dezessete não eram criminosos. (BARCELLOS, 2003, p.96-97)

O mesmo descontrole, se repete nos anos 90, em dimensões mais sofisticadas, com o BOPE da Polícia Militar do Rio de Janeiro no livro “Elites da Tropa”, que sobe a regência de Soares, Batista e Pimentel (2006, p. 26-27), revelam toda a brutalidade da polícia carioca para a manutenção da ordem nas favelas e suas conseqüências sobre os próprios policiais.

Não é fácil ingressar no BOPE. Isso eu posso garantir. Não é para qualquer um. Temos um puta orgulho do uniforme preto e do nosso símbolo: a faca cravada na caveira. Os marginais tremem diante de nós. Não vou iludir você: com os marginais, não tem apelação. À noite, por exemplo, não fazemos prisioneiros. Nas incursões noturnas, se toparmos com vagabundo, ele vai pra vala. Sei que essa política não foi correta. Agora, não tem mais jeito. A gente mata ou morre. Antes da implantação dessa política, há muitos anos, o marginal se rendia, quando se via inferiorizado. A ordem de atirar para matar, não admitindo rendição de bandido, acabou provocando um efeito paradoxal: aumentou a resistência deles e a violência contra a polícia. Claro, o sujeito sabe que não adianta se render, então luta até a morte. Pelo menos adia a morte e leva alguém junto.

A causa central destas práticas foi divulgada no *Human Rights Watch* (Cavallaro, 1997) que revela a trama institucional que alimenta tal processo nas grandes capitais brasileiras através das “gratificações e promoções têm sido utilizadas para recompensar policiais que assassinaram suspeitos de crimes, independentemente das circunstâncias” (p. 2). O processo de formação das polícias especializadas no mundo tem sido estabelecido com “uma aplicação de coerção física” (Bayley, 2002, p. 50). Para compreendermos o descontrole reinante na segurança pública brasileira, é bom lembrarmos que “a violência cultivada torna-se força organizada” e cresce “selvaticamente entre a polícia sob tensão”. (MACKENZIE 1975, p. 175). Regularmente, contrariam-se as normas estabelecidas pelos princípios básicos do uso da força letal firmado pela ONU (Chevigny, 1999). Os Princípios Básicos do Uso da Força ou das Armas de Fogo por Agentes da Lei, das Nações Unidas, estabelece no parágrafo 9:

Os agentes da lei não devem fazer uso de armas de fogo contra pessoas exceto para a legítima defesa de si próprio ou terceiros, mediante risco de vida ou graves lesões corporais, para deter a pessoa responsável por este risco, que resiste à ação das autoridades, e ainda para prevenir a sua fuga, e apenas quando meios menos extremos são insuficientes para atingir estes objetivos. Em qualquer circunstância, o uso intencionalmente letal das armas de fogo só pode ocorrer quando rigorosamente inevitável para proteger a vida.

No recente período ditatorial brasileiro, a culpa pelas torturas ou mortes era dissolvida pela divisão do trabalho de repressão que remodelava na consciência “a fim de não reconhecerem a repugnância moral de seu comportamento coercitivo” (HUGGINS, HARITO-FATOUROS E ZIMBARDO, 2006, p. 442). Pequeno (2006, p. 169), com o olhar sobre a obra de Arendt, analisa que “Eichmann é o exemplo emblemático da falência ética e existência que chega um indivíduo sob a égide de um regime totalitário”.

Enquanto a “subjetividade firma-se como uma busca a liberdade, a racionalidade que funciona em nome da eficiência, da ciência e do saciamento das necessidades deu origem as mutilações atuais”. (TOURAINÉ apud FRIDMAN, 2000, p. 68). Os policiais tendem a atuar de forma repressiva e violenta, ante aos membros das classes subalternas e se sentem em condições de usar até mesmo a força letal em nome da lei (ANJOS, 1999, p. 86). Neste bojo, consoante apregoou Elias (2000, p. 27) é possível pensarmos em termo de “os estabelecidos” e “os *outsiders*” que policiais militares tornam os cidadãos humanamente inferiores à medida que são desconsiderados os seus direitos e garantias. É aquele que faz o trabalho sujo (REINER, 2004, p. 16).

3.4 A Intolerância que Mata

A abordagem policial é o momento central de contato do policial com o suspeito. Reiner (2004) enfatiza que a suspeição é um instrumento de trabalho na seara da ação e autoproteção do policial, contudo este instrumento tem sido rotulado pelo seu viés discriminatório. É importante saber como o policial militar manipula diretamente tal classificação, na medida em que é o olhar detector que define quem se encontrava na condição de suspeito. A forma de compreensão da fundada suspeita perde-se na intolerância, na banalização da violência e no imediatismo das ações policiais. Dessa forma, constrói-se a suspeição, sem que haja uma reflexão sobre o dinamismo social, os atores sociais, os grupos, as tribos, a formação de identidades, as manifestações culturais, a maneira de vestir e atitudes de grupos sociais, que acabam por caracterizá-los ou diferenciá-los esteticamente do restante da sociedade.

Por outro lado, esses aspectos não são suficientes, por si só, para que indivíduos ou grupos sejam colocados na alça de mira da suspeição. Se as corporações policiais militares, que atuam sistematicamente no campo da violência para a “manutenção” da segurança pública, perdem o poder e a capacidade natural de utilização de formas sociáveis de controle. Arendt (1994) já nos alertava para o risco na seara política acerca da capacidade dessa violência destruir o poder das instituições.

Passeti e Oliveira (2005, p. 14) compreendem que a tolerância, sendo um dispositivo de controle da intempestividade, “é uma prática que visa a proteger o corpo social de uma idéia que perturba, um gesto que transforma, um ato ou intenção de revolver a sociedade como um todo”. Para estes é a tolerância como uma sentença de julgamento que “reforma indivíduo perigoso” e no “limite mata” (idem, p. 15).

A Declaração dos Princípios da Tolerância firmada em Conferência Geral da Unesco em 16 de novembro de 1995, traz entre outros significados da tolerância: “é a responsabilidade que sustenta os direitos humanos, o pluralismo (incluindo o pluralismo cultural), a democracia e as normas da lei”. E essa mesma declaração chama a atenção para os efeitos da intolerância como um fator que “pode tomar a forma de marginalização de grupos vulneráveis e a sua exclusão da participação política e social, assim como a violência e a discriminação contra eles”.

O dilema policial contemporâneo que se alimenta da busca da cidadania através das aulas de direitos humanos e paralelamente tenta conter a criminalidade a base da intolerância, com o foco nos resultados imediatos (ANJOS, 1999, p. 72-73). Rolim (2006, p. 94) enfatiza que a inclinação por resultados imediatos conduz a ação policial a ser validada pelos “números prisões realizadas e pelo número de mortos pela polícia”. Segundo Passeti e Oliveira (2005, p. 13), que destacam o viés penalizador da sociedade americana, afirmam que “numa época de disseminação de direitos, de culto à tolerância e de crença na eternidade da democracia com segurança, o que mais se deseja é tolerância zero”. A implantação de modelos que, supostamente, “deram certo” em outras culturas ou períodos, sem a devida transculturação e observância temporalidade tem se constituído em um claro erro.

Criticando a falta de limites para a intervenção policial, Giddens (2005, p. 180) atribui à “teoria das janelas quebradas” a base para o desenvolvimento do policiamento tolerância zero, a partir do estabelecimento do foco do policiamento em pequenos crimes através da contínua manutenção da ordem, promovendo conseqüentemente a ocorrência de crimes mais graves. Para Belli (2004, p. 74) o significado da Tolerância Zero que, retrata “a ascensão do Estado Penal nos EUA”, transcende as práticas policiais, visto que devem ser também tangenciadas por ações no campo da saúde, educação, emprego, etc. No Brasil, em virtude da superlotação dos presídios e delegacias, bem como o grande número de mandados de prisão não cumpridos, aliada a falta de recursos para construção de presídio dentre outros fatores, inviabilizam a Tolerância Zero (BELLI, 2004, p. 85). Ainda relacionado ao tocante no Brasil, Belli (2004, p. 89) alerta para os efeitos dessas soluções imediatas:

A Tolerância Zero reforça estereótipos correntes na sociedade brasileira, posto que ajuda a reduzir a questão da segurança pública a um problema de polícia. As idéias contidas no programa Tolerância Zero contribuem para reproduzir, dessa forma, a configuração de relações sociais excludentes e autoritárias que estão enraizadas na sociedade brasileira.

Sérgio Abreu (1999, p. 65-68) científica que o racismo e exclusão social são faces da mesma moeda, à medida que, quando relacionada ao racismo, preconceito e discriminação a intolerância sempre teve artifícios para excluir das comunidades “os diferentes”, os “indesejáveis” ou mesmo qualquer “outro”. Segundo Soares (apud RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 11), no Brasil “a seleção do suspeito é orientada pelo preconceito contra o jovem, sobre tudo sexo masculino”, bem como através do “estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros.”

Muito embora as policiais estaduais tenham como atribuição a proteção social, percebe-se que na sua atuação há uma tendência em ampliar a exclusão e nesse sentido Ramos (2005, p. 209) evidencia que “apesar da prevalência de respostas favoráveis á continuação das blitz no Rio de Janeiro, a maioria da população considera as abordagens policiais, de modo geral, seletivas, ou mesmo abertamente discriminatórias...”, o que contribui seguramente para o aumento da distância entre polícia e sociedade.

Por outro lado, o nível de rejeição social em relação à polícia tende a se ampliar em face dessa clara separação na abordagem policial como mostra Ramos (2005, p. 209) que a população fluminense classifica a polícia daquele Estado como muito racista sobrepondo-se, inclusive, ao restante da sociedade, pois:

cerca de 60% acredita que a polícia escolhe pela aparência física quem será abordado (a), incluindo aí cor da pele (40,1%) e modo de vestir (19,7 %); na opinião de 80% dos cariocas, os jovens são mais parados que as pessoas mais velhas; para cerca de 60%, os negros são mais parados que os brancos e os pobres mais do que os ricos.

A pobreza não se estabelece apenas pela falta extrema de recursos necessários a uma sobrevivência digna, mas também pela negação do direito e respeito ao seu universo de representações (VELHO, 2004, p. 146). A estruturação do capitalismo no Brasil deu-se diferente de como ocorreu em outras nações, nela Velho (2004, p. 147) analisa a forma da organização “hierárquica enquanto valor”. Pois, mesmo diante de todos os recursos legais e políticos do Estado democrático, “na prática temos cidadãos de primeira, segunda, terceira classe e mesmo não-cidadãos, isto é, indivíduos sem voz, sem espaço e sem nenhum respaldo nas instituições vigentes” (VELHO, 2004, p. 147). A violência cotidiana é produzida na miséria crescente e na vivência do terror e da insegurança que condicionam uma fragmentação física e social das populações mais pobres (MURILLO, 2005, p. 395). Segundo Bauman (2006, p. 110) a “vida no gueto não sedimenta a comunidade. Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio”.

Difícilmente se poderá compreender a intolerância nas grandes cidades sem antes conhecer o fenômeno da exclusão e suas formas de manifestação. Diante de tal premissa, a exclusão social está relacionada com a questão da violência policial, pois a construção da suspeição entre policiais militares na cidade de Salvador, para Reis (2002, p. 183), também trata da sua origem no seio social:

As idéias sobre a marginalidade das classes urbanas pobres não se limitam ao imaginário popular, mas também estão refletidas nos atos violentos da polícia contra os chamados marginais. O fato de que a maioria dos soldados da polícia pertence a essas mesmas classes urbanas, pobres e marginalizadas, leva a crer que a suspeição, ou na linguagem popular; a suposição de que um indivíduo *é marginal*, origina-se e toma corpo dentro da sociedade.

Através das guerras que estavam além do poder soberano, matar o outro se tornou uma questão de sobrevivência do corpo social (FOUCAULT, 2005, p. 129). Refletindo sobre o racismo Foucault (2002, p. 307–309) considera que os Estados mais assassinos são os mais racistas e desenvolve um pensamento de que o racismo funciona como um biopoder nas sociedades modernas, de forma que o Estado mata até aqueles que ele deveria proteger. O racismo, “longe de ser simples e tradicional, desprezo ou ódio das raças, umas pelas outras”, teria para Foucault (2002, p. 208 - 210) a função de fragmentação do corpo social para a manutenção do “velho poder soberano de matar”, que agora é dado não só pelo Estado, “mais por toda uma série de indivíduos”. Levando esse racismo para um campo biológico, Foucault (2002, p. 314), analisando a sociedade capitalista, destaca que o racismo não se estabelece quando indivíduo tem que ficar frente a frente (fisicamente) com o seu adversário e podendo correr risco da própria vida procura matá-lo. Com um olhar crítico sobre o estado nazista, Foucault (2002, p. 308) apregoa que quando um Estado é racista, ele é, inevitavelmente, assassino e é também suicida.

3.5 A Violência e o Policial em Conflito

Marilena Chauí (1980, p. 05) em seu livro “O que é ideologia” nos revela como a idéia perde seu corpo e se perde na história dando a entender que: “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social”. Assim, podemos pensar que alguns policiais militares têm transformado o uso da força letal em mecanismo de resolução de demanda na atividade profissional e pessoal, sem levar em consideração o contexto da sociedade brasileira. Muitas vezes, em razão de determinados atos de

violência policial terem características militares, surgem os discursos sobre a necessidade urgente de desmilitarização das polícias militares.

Ao tratarmos de polícia militar, uma questão se faz necessária que seja respondida: por que militar? A condição de militar tem relação com a violência? Costa e Medeiros (2003, p. 85) certificam que a “maioria das polícias modernas, inclusive as do ‘mundo democrático’, tornaram-se militarizadas em alguma medida” em aspectos como organização, emprego, treinamento, controle, inteligência e justiça. As criações das corporações que promoviam o policiamento ostensivo no Brasil sempre tiveram um viés militar, ainda que foram denominadas de Milícias, Corpos ou Forças. Os fatos históricos nos conduzem a pensar que este modelo da polícia se estabelece quando se faz necessário um forte controle social e intra-corporativo. É necessário o conhecimento da nossa história, pois:

...esconde dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas). (CHAUI, 1980, p. 8)

Bayley (2002, p. 49) lembra que o Estado Inglês “desenvolveu-se administrativamente sem resistência”, mas teve no período de 1655 a 1657 a necessidade de criar uma “Polícia Militar nacional” em virtude dos conflitos religiosos entre protestantes e católicos. Segundo Bretas (1997, p. 41-43), com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, criou-se no ano seguinte a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia e ante “a ameaça representada pelo grande número de escravos apoiou-se basicamente no modelo de polícia militar”. Desta forma, torna-se possível compreendermos porque o emprego da força policial no Brasil. Por muito tempo esteve voltada para o controle dos escravos, movimentos sociais e grevistas. Em outro instante, a repressão à vadiagem e outros tantos atos contrários à sociedade da higiene do início do século passado. Hoje está voltada

para o combate à violência com o controle da criminalidade e também, contra o crime organizado.

Para que se possa ter uma compreensão da violência faz-se necessário à construção de um olhar, que segundo Caram (1978, p. 10), deve observar a realidade de maneira global e descer até aos seus pormenores. É possível que este olhar propicie ver além da violência francamente condenável no outro, para “chegar até a vida de cada homem que em última instância se beneficia da própria violência que condena” (CARAM, 1978, p. 11). Como um fenômeno complexo, multifacetado, dinâmico e pluridisciplinar, a violência é uma realidade, e reflexo da vida social contemporânea (idem, p. 12).

Desta forma, a violência está além “da intervenção física de um indivíduo ou grupo contra um indivíduo ou um grupo (ou também contra si mesmo)” (BOBBIO, 1995, p. 1290). É difícil definir quando e como ela aconteceu e quem é verdadeiramente a vítima e o perpetrador. Chamando atenção das consequências invisíveis, Chauí (2003, p. 308) conceitua a violência como um fenômeno causador “de danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão de outros”. A violência (comportamento que resulta da exteriorização de um estado físico anterior) diferencia-se da agressividade que, por sua vez, é analisada dentro dos mecanismos fisiológicos; bem como, um fenômeno inerente à vida individual e a sua influência no social (CARAM 1978, p. 23).

Refletindo também sobre as mudanças dos significados da violência, Wieviurka (1997, p. 07) propõe o novo paradigma em que a violência não se trata mais de um fenômeno concreto e objetivo, pois se leva em consideração “as percepções que sobre ela circulam, nas representações que o descrevem”. O conceito de violência está tão pulverizado em instâncias indireta, que se tornou muitas vezes imaterial, além dos parâmetros legais e criminalísticos. Desta maneira se altera “no tempo e no espaço” (WIEVIORKA, 1997, p. 08), exigindo cada vez mais uma capacidade reflexiva, flexível e assertiva dos seus operadores da força e do controle social.

Atualizando esta mesma compreensão da violência e a fragilidade democrática, Velho (2004, p. 148) enfatiza que “a violência existe ao nível das relações sociais e é parte constituinte da própria natureza desta sociedade cujo universo de representações não só expressa, bem como produz a desigualdade e a diferença”. Levando em conta os diversos discursos sobre a violência e expressando a sua influência no contexto da saúde pública mundial, a Organização Mundial de Saúde (2002) propõe o seguinte conceito de violência:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (p. 5)

A intencionalidade e o poder do perpetrador ante ao grau de sofrimento e capacidade de resistência da vítima transformam uma ameaça ou omissão em um ato violento direto ou indireto (PINHEIRO e ALMEIDA, 2003, p.16). Avaliando o contexto e demanda da violência no Brasil, Michaud (1989, p. 98) adverte que: “um policial não convencional viveria conflitos demais”. Esses conflitos geram a necessidade de um discurso que naturaliza as demandas da sociedade democrática. Para Eagleton (1997, p. 175) “a ideologia é uma maneira crucial de o sujeito humano esforçar-se para ‘suturar’ as contradições que o fendem no seu próprio ser, que o constituem até seu âmago”. Por conta disso, as mudanças estruturais no âmbito das corporações policiais militares nos últimos anos desencadearam uma série de demandas frente à nova ordem vigente.

Cria-se um dilema fundamental sobre a formação e aplicação operacional desses policiais, na nova ordem democrática. Dentro de uma visão político e social Reiner (2000, p. 16) destaca que “a polícia está sendo pressionada a ter tolerância zero com os que estão à margem da sociedade e com os que estão fora dela”. Esta transformação deu-se em virtude da crescente onda da sensação de insegurança que se estabeleceu no mundo nas últimas décadas. Paira a permanente idéia de que existe uma exposição imediata aos riscos, tanto naturais quanto sociais. De acordo com Bobbio (1999, p. 94) a violência produz um efeito em cascata à

medida que “o modo mais comum de justificar a própria violência é afirmar que ela é uma resposta, a única resposta possível em dadas circunstâncias, à violência alheia”. Segundo Bauman (2006, p. 105) dada à intensidade do medo, se os estranhos não existissem “ele teriam que ser inventado”. E continua:

E eles são inventados, ou construídos, diariamente: pela vigilância do bairro, pela tevê de circuito fechado, guardas armados até os dentes. A vigilância e as façanhas defensivas/agressivas que ela engendra criam seu próprio objeto. (p. 105)

Bauman (2000) estabelece um interessante parâmetro entre a obra “O mal-estar da civilização” de Sigmund Freud e a sua obra “O mal-estar da pós-modernidade”, produzidas em um intervalo de 70 anos. Na oportunidade, Bauman (2000, p. 24) relata uma significativa mudança na expectativa de segurança coletiva que outrora foram coagidos a abrir mão da liberdade em prol da segurança e hoje, a todo instante, a segurança é negligenciada em busca de uma liberdade individual. Tais reflexões nos permitem pensar acerca dos problemas causados ao policiamento de qualquer cidade, porém vale a pena inquirir-nos sobre a flexibilidade dos agentes públicos de segurança em tão grande mudança no cerne da liberdade. Ainda que, para Negri e Hardt (2005, p. 42) a transição entre a sociedade disciplinar, que impõem limites para o corpo e para sociedade de controle, está pautada nos valores democráticos, os policiais militares permanecem presos ao voraz sistema disciplinar.

É possível percebermos hoje o quanto à formação militar tem uma representação que supera os limites do Quartel principalmente quando as experiências anteriores são minimizadas. Anula-se o homem sem identidade e forja-se um militar sem identidade Corporativa, mas já sem o respaldo ou prestígio de outrora. Segundo Goffman (1992, p. 66) as instituições totais nutrem um processo de mortificação do eu de forma tão violenta que “sem algo a que pertençamos não temos um eu estável” (p. 259).

Então me pareceu certo compreender que o refletido no espelho possibilitava ao jovem Jacobina recordar de todo o afeto recebido por ter alcançado tal função de Alferes, foi o sentir-se acarinhado. Este talvez seja o novo centro para

se entender o mal-estar sofrido pelo policial militar na pós-modernidade. A sua não adequação a nova ordem social aliado a falta de atenção da Corporação, que priorizando certos projetos políticos, individualiza os erros de policiais que são duramente penalizados.

As demandas enfrentadas por essas corporações policiais militares que buscam a racionalidade de suas ações se revelam nas confusões construídas no dia a dia da atividade policial. Kant de Lima (1997) questiona a neutralidade do sistema da justiça penal brasileira, à medida que a polícia se intitula a serviço do Direito e não tem se prestado ao propósito de administrar os conflitos e proteger a sociedade. Para este autor, policiais são formados no viés militar para serem mais rigorosos, cumpridores da lei e, contraditoriamente, orientados e exigidos em um padrão de reflexão social para serem extremamente “humanísticos”. Desta forma, produz-se uma situação de anomia na visão de Merton (1968, p. 207), à medida que há uma falta de sintonia entre meios institucionalizados e os seus fins culturais. Os policiais militares que laboram diuturnamente com o escopo de cumprir sua missão de defesa social têm feito o possível, não para cumprir a lei, mas para ficar longe do seu alcance no que tange as punições por excesso ou omissão em atividade.

Por mais que ele se exponha ou se arrisque, o policial militar estará estigmatizado. Para Goffman (1963), o indivíduo estigmatizado se define como não diferente de qualquer outro ser humano, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas próximas o definam como alguém marginalizado. Sem a própria identidade e sem reconhecimento desse seu papel social, o mal-estar do policial é inevitável e se amplia ante a falta de solidariedade da instituição, em razão da sua “privação relativa” (MERTON, 1968, p. 210).

É importante, contudo, segundo Amador (2002, p. 39) trazer a tona os processos de articulação psicológica que “aceitam conscientemente, desejam e mascaram a violência, organizando defesas que mantêm e reproduzem essas relações”. Em meio a esta situação, tem-se elevado assustadoramente a quantidade de policiais militares que estão sendo afastados do serviço ativo, com diversos transtornos nervosos, mentais e comportamentais, entre estes alguns que têm chegado a mais explícita violência.

CAPÍTULO IV

MATAR E MORRER ENTRE POLICIAIS MILITARES EM SALVADOR

O processo estabelecido no âmbito metodológico da pesquisa, não nos permite fazer uma simples colheita de dados, pois acredito que desde a escolha do tema o pesquisador, inevitavelmente, lança seus vieses ideológicos, sentimentos e intuições sobre o objeto. Desta forma, considero que estes dados foram realmente construídos, ainda que, a todo instante me policiasse com o fito de que não caísse na tentação de permitir que as impressões pessoais imperassem.

4.1 O Ambiente

Nos questionários, tanto para as praças quanto para os oficiais buscou-se seguir um roteiro em que se contempla, além da necessária coleta de dados dos informantes em termos pessoais e profissionais, uma reflexão sobre a o cuidado com vida humana, as possibilidades de sofrer ou provocar uma morte e as possibilidades de mudança desse panorama notadamente trágico em Salvador. Em se tratando de questões abertas, não foi possível a construção de uma escala de frequência de alteração do teor do significado da morte entre os policiais. Todavia, dentro de uma análise discursiva possível do material produzido pelos informantes, foram criadas categorias que figuram nas tabelas como representações do sentido expresso pelos mesmos, reconstruído por este dissertante e trabalhados no Programa SPSS 7.5 para Windows.

4.2 Uma Típica Ocorrência Policial

Em complemento aos procedimentos da pesquisa foi solicitado em uma entrevista que um dos informantes relatasse uma ocorrência policial militar corriqueira que tivesse acontecido o uso da força letal e alguém tivesse morrido. Muitos, policiais ainda que declarassem já haviam feito uso da força letal se recusavam a lembrar detalhes da ocorrência. Após certa insistência do pesquisador algumas ocorrências foram citadas, mas o relato abaixo registrado trás um pouco dos componentes existentes nas diversas ocorrências “confidenciais”:

“Parecia um dia normal e era para ser um dia normal, estávamos em uma viatura (eu e o meu motorista-patrolheiro, o soldado Cleber) rondando pelas ruas do bairro do Jardim Cruzeiro. Não gosto muito de lembrar desse fato... Às 7:30h da manhã quando chegamos ao Quartel cargueamos os coletes e revólveres, verificamos se havia alguma ordem de serviço para ser cumprida na sala de rádio. Não havia. E aguardamos a chegada da viatura que estava na área para assumirmos e fazermos as verificações básicas e abastecimento. As viaturas que rondam a noite são também usadas durante o dia. Era uma quarta-feira do mês de março de 2004, não esqueço dessa ocorrência por que foi minha primeira que terminou assim... Geralmente nas primeiras horas da manhã o serviço das viaturas é levar os Oficiais em casa e os companheiros nos pontos de ônibus, depois efetuamos o apoio aos módulos policiais que ainda não foram efetivas as substituições do turno anterior. Alguns policiais se atrasam na chegada e os que estão de serviço as vezes estão sozinho nos módulos e precisam sair no horário previsto. Até as nove horas da manhã, quando não existe um ordem específica, o serviço fica lentamente. Entre nove e dez horas começamos circular em apoio ao policiamento ostensivo a Pé na nossa área comercial e bancária onde o fluxo de pessoas é grande e os meliantes começam a agir. Por volta da 10h30min recebi a orientação para me deslocar até a Rua Lopes Trovão na Massaranduba onde havia um elemento com uma arma e ameaçando as pessoas que passavam pela rua. A minha viatura foi a primeira a chegar porque aquele era meu setor de ronda. Me dirigi rapidamente para o local e encontrei uma multidão que apontavam para um única direção. O local era um beco onde um homem aparentemente calmo estava sentado ao lado de uma mulher, que parecia ser a sua mãe. Depois tal fato foi confirmado – ela era mãe do rapaz. Quando me aproximei do suspeito para abordá-lo ele me mostrou em tom ameaçador uma faca (tipo peixeira) e eu saquei o revólver e determinei que largasse a faca, mas o mesmo não largou. Ele começou a correr no meio da rua sem direção definida, com a faca na mão. Eu pedi reforços e continuei atrás do elemento com soldado Cleber me seguindo dentro da viatura. As pessoas gritando e correndo também acompanhavam toda a ocorrência. Eu gritava para que ele soltasse a arma e efetuei um disparo para o alto, porém ele não parou. Ele entrou em um outro beco como se dirigisse em direção a alguma casa. Entrou em uma casa e eu fiquei na porta sem saber se ele iria agredir alguém ali dentro, mas rapidamente ele pulou a janela e ficou de frente para mim. Eu pedi que ele parasse e largasse a faca, mas ele não me atendia. O reforço ainda não havia chegado. Neste beco algumas pessoas observavam a cena sem qualquer interferência. Ele continuou andando em minha direção com a faca e efetuei um novo disparo para o alto e pedi que ele parasse. Foi tudo muito rápido contado assim eu nem sei como foi. Mas efetuei um novo disparo na direção das pernas, mas ele não parou, logo efetuei um novo disparo na direção do abdome e ele caiu no chão e, rapidamente com a ajuda dos moradores e do motorista da viatura prestamos socorro ao baleado que morreu poucas horas depois no HGE. Fui à delegacia da área com duas testemunhas onde foi lavrado o auto de resistência e até hoje eu ainda respondendo na Polícia Civil e Corregedoria da PM por este ato. Não gosto muito de falar sobre ele. Acho que não tive culpa. Eu apenas cumpri a lei. Quando depois fiquei sabendo que o rapaz tinha problemas mentais, senti muita pena dele e da mãe. Eu não esqueço aquelas imagens.”

*Relato do Sargento João (apenas os nomes, as datas e os lugares fictícios)**

A emoção contida neste relato revela o instável ambiente onde atua o policial militar. Todo o ambiente se transforma muito rapidamente. São condições em que a decisão sobre o que deve ser feito naquele instante é impossível de ser racionalizado. Quando muito, é apenas possível atuar sobre um esquema mental tangente a legalidade da ação policial e ao instinto de sobrevivência. Por conta disso os relatos que dão um contorno legal são repetidos frente às autoridades que fiscalizam e investigam o uso da força tornam-se uma verdade necessária.

Os erros da operação policial são esquecidos quando a família da vítima não tem instrução acerca legislação ou recursos financeiros para dar mobilidade ao processo legal. Às vezes os excessos cometidos pelo policial, por falta de recursos materiais adequados a ação, preparo técnico para fazer frente a esta situação de risco, bem como a espera do reforço necessário, sequer são lembrados como elementos que poderiam salvar uma vida.

4.3 Os Discursos dos Policiais Militares em Salvador

Nessa amostra, foram pesquisados policiais militares das seguintes Unidades em Salvador (1ª CIPM, 11ª CIPM, 14ª CIPM, 16ª CIPM, 17ª CIPM, 18º BPM, 47º CIPM, 48ª CIPM e a Rondesp), totalizando 70 (setenta) pesquisados, sendo que sete dos pesquisados foram os comandantes, que não tiveram os seus dados tabulados, como os 63 (sessenta e três) oficiais e praças abaixo analisados. Foram distribuídos 10 (dez) questionários para cada Unidade Operacional, com exceção da Rondesp que por se tratar de uma unidade historicamente com maior preparo para os confrontos letais foram distribuídos 20 (vinte) questionários. Vale ressaltar que neste total uma frequência por gênero na ordem de 47 masculinos e 16 femininos, representando 74,6% e 25,4%, respectivamente. (Tabela 01).

Tabela 01 – Gênero e Unidade a que pertence

Unidades Operacionais	Masculino	Feminino
1 ^a CIPM	04	00
11 ^a CIPM	04	05
14 ^a CIPM	02	00
16 ^a CIPM	08	02
17 ^a CIPM	04	04
18 ^o BPM	02	02
47 ^a CIPM	01	00
48 ^a CIPM	05	03
RONDESP	17	00
Base (63)	47	16

Fonte: Pesquisa de Campo

Na primeira parte do questionário, sem que tenham tratado sobre a morte propriamente, os policiais militares informantes (identificados pelo posto ou graduação e o número do questionário) foram estimulados a falar sobre o sentido da vida para eles. Neste âmbito foi possível perceber o envolvimento emocional do policial com a sua função:

Já tive oportunidade de ajudar a salvar algumas pessoas, porém também já vi muitas perderem suas vidas diante de mim, apesar de todos os meus esforços em contrários. No momento do embate ou de uma prestação de socorro colocamos nossas vidas em 2º plano, existe algum tipo de estímulo físico que nos impele a sanar o problema mesmo com o risco da própria vida. (Sargento, n. 08)

Desta forma, nos questionários palavras que enfatizassem o valor inestimável que possui a vida humana aliada a missão policial de preservá-la estão unanimemente presentes nos discursos informantes. Porém, conforme observei na captação das informações sobre a morte, as pessoas buscam ficar distantes das lembranças daqueles que morrem ou mencionam palavras que remetam à morte e ao morto. No tocante aos sujeitos desta pesquisa que, é o policial militar, Maranhão (1998, p.11) firma que os militares evitam falar em morte nas guerras e preferem usar termos como “*dão baixa*” ou “*tombam no campo de batalha*”. E no mesmo texto esse autor destaca que na *linguagem policial* o morto torna-se um “*presunto*” e o *assassinato* um “*liquidar*”. Desta forma, na sua estrutura o questionário traz roteiro

uma ordem de perguntas que possibilitavam o policial escrever sobre a vida, a morte (matar e morrer) e o suicídio. Ao ser questionado sobre importância da vida humana o Sargento n. 30 respondeu que “no tocante a população, o policial tem que imaginar que seria a sua própria vida”.

Ainda que não tenha sido o cerne desta pesquisa uma discussão sobre gênero na polícia militar, é possível perceber que as mulheres ainda estão mais voltadas para as atividades administrativas enquanto os homens às ações de PO (Policiamento Ostensivo). Por conta disso a relação com a vida e a morte no cotidiano é vivenciado pelo mais significativamente pelos homens onde, 42 (quarenta e duas) citações, isto é, 89,3% de total de gênero masculino referiam a prática de salvamento de vidas durante a atividade policial, e 23 (vinte e três) informantes, isto é 48,9%, dos informantes do mesmo gênero declararam ter feito uso efetivo da força letal. No tocante as mulheres as citações sobre estas práticas são muito mais modestas, possivelmente em razão que de mesmo estando em Unidades Operacionais, as elas não são requisitadas pelas ações de maior riscos e são postas muitas vezes em postos de serviços que ofereçam menos riscos de uma ocorrência policial. No tocante ao fator motivador do uso da força enquanto 48,9% - 23 (vinte e três) dos homens consideram uma consequência natural do confronto, para 11 (onze) mulheres policiais, ou seja, para 68,7% delas os riscos justificariam o uso da força letal.(Tabela, 02).

Tabela 02 – Gênero entre policiais militares e Relação com a vida e a morte

Policiais Pesquisados Distribuídos por Gênero										
Gênero	Citações	Função		Salvar Vidas		Força letal(uso)		Motivo do Uso da força letal		
		Adm	PO	Sim	Não	Sim	Não	Riscos	Confrontos	Diversos
Homem	47	19	28	42	05	23	24	22	23	02
Mulher	16	12	04	03	13	00	16	11	04	01
Base	63	31	32	45	18	22	40	33	27	03

Fonte: Pesquisa de Campo

Conduzido a fazer frente as demandas sociais o policial militar ainda que movido pelo compromisso consoante tabela acima faz uso da força a medida que busca também colocar a sua vida em proteção.

Este confronto é alimentado pela incapacidade de autoproteção dos policiais militares que fazem uso da força letal. Na tabela 03 observamos apenas 11,1% referem o uso dos equipamentos de proteção policial como instrumentos utilizados para garantir a sua própria segurança. Na mesma tabela 33,3% dos informantes declaram que a atenção como elemento primordial de proteção 25,4% exalta a técnica policial como necessária e cerca de 27,0% das citações esperam que um fenômeno sobrenatural ou divinatório os proteja do perigo.

Tabela 03 – Mecanismos de proteção de policiais militares contra a violência

Formas de enfrentamento dos riscos	Nº. Citações	Frequência
Atenção	21	33,3%
Técnicas policiais	16	25,4%
Fenômenos sobrenaturais	17	27,0%
Recursos	07	11,1%
Outros	02	3,2%
Base	63	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Os policiais têm questionado o valor que é dado as suas vidas pelas instituições e as autoridades: “A vida humana têm que ser resguardada acima de tudo, sem que ele coloque a sua vida em risco, pois se ele não consegue se proteger não poderá proteger a vida humana, que o maior bem que possuímos” (Soldado, n. 26). E esta nova situação sentimento de desvalorização da vida do policial e a descrença na reeducação de uma pessoa marginalizada, para o policial “a preservação da vida é a prioridade, porém entre se deixar matar, ou tirar a vida de alguém, a opção é óbvia” (Soldado, n. 53)

Em se tratando da própria morte a negação de sua existência se faz freqüente como um mecanismo de defesa e como mostras da masculinidade da tropa, além da permanente idéia de 'passagem': "Compreendo a morte como um fato natural, que desde o momento do nascimento já morremos, mas a morte não é o fim de tudo, acredito na continuidade da vida após a morte" (Soldado, n.26). Contudo, quando se refere à morte de um (colega) outro policial o discurso radicalmente toma um sentido diferente ao de quando pensado na sua própria morte:

Uma sensação inicial de impotência de não poder devolver à vida a um irmão, e logo depois de resignação, pois a morte convive diariamente com nossa profissão, por que a partir do momento que ingressamos na corporação passamos a estar de serviço 24 hs por dia , isto é, não é reconhecido por nossos legisladores. (Sargento, n.58)

Consoante a tabela número 4 o conceito de morte para 31,7% dos policiais militares pesquisados vêem a morte como uma passagem, 22,6% como um fim da vida sempre vinculado ao sofrimento e 25,4% avaliam a morte como algo natural. Esta compreensão denota de uma idéia de passagem e naturalização no contexto dos discursos dos policiais uma forma de negação da própria morte, consoante a citação acima.

Tabela 04 – Compreensão da morte entre policiais militares

Concepções de morte	Nº Citações	Freqüência
Um fim da vida	14	22,6%
Uma passagem	20	31,7%
Um Sofrimento	06	9,5%
Algo natural/ normal	16	25,4%
Sem reposta	06	9,5%
Base	63	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Para os comandantes de Unidade Operacional a idéia de resignação se faz mais presente com uma perspectiva de melhora no futuro incerto: "O fator óbito nas ocorrências policiais, é natural, pois o crime tem crescido muito. Quando tivermos um sistema de defesa social mais forte, qualificado, eficaz e eficiente, esses

números vão diminuir” (Major, n.02). Porém, aceitação da morte de policiais por parte dos comandantes e de certa forma da sociedade, nutre uma sensação de descaso para com a morte desses:

Em minha opinião, a corporação não dá muita importância aos policiais que morrem em serviço, principalmente por que na grande maioria das vezes os policiais que morrem em serviço são praças e graduados, o que leva muitas vezes a ocorrer o descaso da corporação, e isso é considerado por mim, um triste fato, já que apesar de existir a hierarquia, que antes de policiais militares são acima de tudo cidadão que devem em ser respeitados em vida ou mortos. (Soldado, n.61)

Em outras épocas a prisão de um delinqüente poderia ser a solução de um problema de segurança em uma comunidade. Contudo quando as prisões não são relaxadas, o delinqüente foge, ou ele continua comandado os seus fies seguidores de dentro das delegacias, detenções e penitenciarias. Se o policiamento precisou mostrar serviço para ter legitimidade frente as possíveis invasões externas nos anos seiscentista, em supostos períodos de paz, imaginemos agora quando o ‘inimigo’ é muitas vezes vizinho do ameaçado, quando o ameaçado não é o próprio policial. O uso da força letal, ou seja, o poder de matar que tem o policial militar, se reveste sobre um conceito de legalidade para os comandantes e de sobrevivência para os soldados e sargentos. Para o Major n. 02 “sempre que estiver ao lado da lei seja para proteger terceiros e principalmente ele, em qualquer momento”. Contudo, na compreensão dos soldados o risco de morte acionada a idéia de violência letal:

Quando estiver com a sua própria vida em risco ou a vida de terceiros, quando todos os outros meios de contenção, já tiverem sido utilizados, numa situação extrema. O matar e o morrer estão numa linha muito tênue a atividade policial ostensiva está sempre entre a vida e a morte, e essa relação é bastante próxima, o policial exercendo sua atividade pode morrer (perder a vida), causar o sofrimento de seus familiares bem como pode mata, o que também acarreta em uma série de conseqüências. (Soldado n. 61)

Além da preocupação com o conceito que os policiais militares têm da vida faz-se necessário compreender o que tem conduzido o policial militar a enfrentar os riscos

inerentes atuação policial. O termo compromisso vinculado profissional foi citado como fator motivador na ação de risco em 58,7% dos informantes, enquanto 30,2% se consideraram obrigados a por a vida em risco e 7,9% se disseram tomados por uma forte emoção. (Tabela 05)

Tabela 05 – Condições para o enfrentamento dos riscos da profissão policial militar

Motivação para o enfrentamento	Nº Citações	Frequência
Compromisso	37	58,7%
Fator emocional	05	7,9%
Obrigaçã	19	30,2%
Outros	02	3,2%
Base	63	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

O mesmo ato de enfrentamento do perigo que pode ser avaliado como um ato de coragem também pode ser visto como um ato de autodestruição. A violência policial exercida sobre certos setores da sociedade em conflitos urbanos tende a crescer paralelamente aos atos suicidógenos dos policiais militares nas últimas décadas. Como militares que perdem diuturnamente uma batalha os policiais militares perdem o reconhecimento social de suas ações e desconhecem o sentido de seu trabalho que se tornou a própria vida. Na tabela 6 e nos discursos dos policiais militares de Salvador o suicídio é compreendido como um ato origem multifatorial, mas com um centramento no indivíduo:

Uma pessoa que tira sua própria vida, não está em um estado psicológico normal. Muitos policiais necessitam de um apoio psicológico. Na sua maioria policiais que passam por problemas, de ordem emocional financeiro e familiar e que não encontram o apoio da corporação, nem na família. Problemas psicológicos: depressão e outros que são desenvolvidos em sua maioria pela grande risco que represente sua profissão. (Soldado nº 11)

Para os informantes desta pesquisa notadamente o suicídio na corporação está relacionado a fatores individuais em 65,1% dos casos enquanto 11,1% das citações culpam a instituição policial militar pelos suicídios. A idéia de suicídio como

uma fraqueza pessoal, faz parte do contexto de masculinidade que permeia o universo policial militar só os ‘fortes’ superam as adversidades. (tabela, 06)

Tabela 06 – Fatores que conduzem ao suicídio policiais militares

Razões para o suicídio	Nº Citações	Frequência
Individual	41	65,1
Institucional	07	11,1%
Ambos	06	8,5%
Sem resposta	09	14,3%
Base	63	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Esta hipótese individualista do suicídio está na construção do perfil preliminar do suicida que possuía a seguinte característica: Soldados solteiros, entre 20 e 29 anos de idade e entre 12 e 19 anos de profissão; desempenham atividades operacionais e cometem o ato no final de semana e feriados, com a arma de fogo (CME, 1997). Estes dados reforçam a idéia de que o suicídio está muito pouco relacionado à atividade policial em si, desta maneira a “falta de apoio religioso, de amigos, de familiares, com problemas ou até mesmo a falta de controle emocional para ser policial” (Major, n.06), campeiam na cabeça dos policiais militares como um estímulo ao suicídio. Nas categorias subalternas da polícia individualização do auto-extermínio se faz presente e forte:

Acontece numa situação de desespero em que a pessoa não acha outra saída. Falta de fé de que sua situação vai melhorar. Problemas financeiros, pessoais ou querendo se livrar da responsabilidade. (Soldado n.13)

Os intolerantes combates entre policiais e supostos criminosos nos morros, rua, becos, favelas e avenidas, estes conflitos tem atingido de forma letal, as comunidades menos aquinhoadas. Os policiais tendem a atuar de forma repressiva e violenta, ante *aos membros das classes subalternas* e se sentem em condições de usar até mesmo a força letal em nome da lei (ANJOS, 1999, p.86).

Tabela 7 – Relação entre força letal e preconceito

Existência de preconceito	Nº Citações	Frequência
Resposta positiva (sim)	20	31,7%
Resposta negativa (não)	43	68,3%
Base	63	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Como 68,3% dos informantes da pesquisa (tabela- 07), o sargento n. 08, que se reconhecendo negro, nega a existência do caráter étnico da violência policial e racionaliza que “somos predominantemente negros, conseqüentemente em todos os setores da sociedade o negro é maioria, e na marginalidade isso não foge a regra”. Ainda que haja uma consciência da sócio-histórica do negro a intolerância persiste e nada parece impedir que se chegue ao óbito, pois segundo o Capitão n. 04 “observa-se que devido às condições históricas e sócio-econômicas, a população de cor negra encabeça pesquisas tanto quanto à prática de crimes, como também em óbitos”. A violência aos olhos dos policiais ganha contornos sociológicos e políticos:

Devido a situação social do nosso país, onde não existe um controle reprodutivo nas camadas menos favorecida e desta forma acarretando o aumento da criminalidade, se faz existente o uso da força letal em pessoas de cor negra/ parda e condições sociais desfavorecidas, de vida a necessidade de sobrevivência e a falta de oportunidade no âmbito social. (Sargento, n. 19)

O fato dos componentes da Rondesp apresentar um maior número de policiais militares que referiram ter feito de uso da força letal, isto é 12 dos 17 informantes firmaram nas suas citações tais idéias, consoante tabela 08, reforça a concepção de que uma maior exposição ao conflito logicamente provoca uma maior exposição ao uso da força letal. Por outro lado na tabela 09 a mesma equipe da Rondesp apresenta uma elevada rejeição aos defensores dos Direitos Humanos, pois 14 dos seus 17 informantes firmaram fortes críticas as práticas desta temática.

Tabela 08 – Unidade Operacional e Uso da força letal

Unidades Operacionais	Fez uso da força letal em atividade		
	Sim	Não	Total
1 ^a CIPM	1	3	4
11 ^a CIPM	1	8	9
14 ^a CIPM	1	1	2
16 ^a CIPM	1	9	10
17 ^a CIPM	3	5	8
18 ^o BPM	1	3	4
47 ^a CIPM	1	0	1
48 ^a CIPM	2	6	8
RONDESP	12	5	17
Base	23	40	(63)

Fonte: Pesquisa de Campo

Espinheira (2004, p.35), ao lançar luzes sobre a obscura relação entre a polícia e a comunidade no Subúrbio Ferroviário de Salvador ressaltava existência de uma intolerância radical frente aos pobres transformado este em um “*elemento perigoso*”, quando a pobreza “*é vista como um delito*”. Por outro lado, a violência do aparelho policial frente a crescente criminalidade nas comunidades pobres provoca uma reação ambivalente, que expressa a dificuldade da população em se posicionar diante de uma força que também é percebida como garantia de proteção. (PAES-MACHADO E NORONHA, 2002, p. 202). Contudo, alguns policiais militares já apontam para a ampliação da tolerância, com base na garantia de direitos como deveria ser a sua função:

Infelizmente muitos policiais (bem como muitos cidadão), deixam que o preconceito influencie no seu andamento profissional, o que não é o meu caso, é essencial que avaliemos a situação independente de etnia, condição social ou até opção religiosa ou sexual do suspeito para que evitemos de cometer erros, muitas vezes irreparáveis. (Soldado n. 26)

Tabela 09 – Unidade Operacional e Conceito de Direitos Humanos

Unidades Operacionais	Sobre os Direitos Humanos		
	Contrário	Aceitação	Outros
1ª CIPM	4	0	0
11ª CIPM	0	9	0
14ª CIPM	2	0	0
16ª CIPM	7	2	0
17ª CIPM	5	3	0
18º BPM	0	4	0
47ª CIPM	1	0	0
48ª CIPM	3	2	3
RONDESP	14	3	0
Base (63)	36	23	3

Fonte: Pesquisa de Campo

A luta dos movimentos sociais focados na afirmação do respeito aos Direitos Humanos e buscando efetivação de políticas públicas no âmbito da defesa da vida, de forma que todos tenham acesso a essas tecnologias. Contudo, Linhares de Albuquerque e Paes Machado (2001) relatam como a modernização do processo de formação do policial militar é sabotada no seio da própria cultura da Academia de Polícia Militar da Bahia, que já possui um currículo humanístico formal, entretanto os pomposos ritos de militarização, sistematicamente, reforçam o perfil “selvático” do conflituoso futuro oficial. No que tange a concepção sobre Direitos Humanos, as práticas estruturantes das corporações policiais militares brasileiras permaneceram praticamente inalterados em relação ao mundo civil:

Para os delinquentes, muito bom, mas para nós policiais uma negação. Você já viu falar que alguma autoridade dos Direitos Humanos comentou sobre a morte de algum policial ou foi ao enterro? Só balela!!! (Soldado, n.11)

Em entrevista ao Jornal Atarde de 26 de agosto de 2001, a pesquisadora Ana Tereza Lemos-Nelson, que compreende a accountability como um instrumento de fortalecimento institucional frente aos desafios, faz a seguinte interjeição: “como você pode imaginar que desumanizando, tirando a característica de cidadão da pessoa que será o instrumento da violência do Estado, essa pessoa será capaz de defender os

direitos dos outros?” Este novo ambiente de intervenção ocorrido a partir da Constituição Federal de 1988, segundo Neves (2002, pág.153) possibilitou que a sociedade mantivesse com a polícia uma atitude instrumental, onde era cobrado um funcionamento adequado e respeito aos direitos do cidadão sem que houvesse maiores preocupações com as condições de trabalho e adaptação dos policiais à nova realidade. A ausência de uma real representatividade política e um maior auxílio para as condições de trabalho são fatores dificultam até a compreensão do que é Direitos Humanos:

Pode até ser uma boa ONG para a vagabundagem tem total apoio. Quanto ao policial os Direitos Humanos não há nenhum apoio. A intenção é boa, contudo, dá cobertura e ampara a muitos sem consciência do que é a vida. No mundo em que vivemos, Direitos Humanos é um pesadelo. (Soldado, n. 55)

Apesar das dificuldades apresentadas na aceitação da atuação dos defensores dos Direitos Humanos na tabela 9, conforme a tabela 10, a elevação do nível de escolaridade dos policiais militares aponta para um melhor opção pelo desenvolvimento de técnica e instrução para policiais como forma de mudança do uso abusivo da força policial. O nível de reflexão do avanço da escolaridade, pois à medida que a Polícia Militar passa a exigir um maior nível de escolaridade dos seus integrantes esta também precisará lidar com a cidadania reflexiva do mundo globalizado e o conseqüente sofrimento psíquico deste trabalhador, em conflito permanente. Longe do sistema regulador do período do Regime Militar, os policiais precisam se adequar emergencialmente à nova ordem sob pena de ter o seu papel social contestado e desvalorizado. Esta necessária adaptação tem encontrado dificuldade para se efetivar à medida que a sociedade clama por segurança a qualquer custo e exigem a imediata remoção dos perturbadores da ordem.

Tabela 10 – Escolaridade e Formas de Mudança no uso da força letal

Níveis	Formas de Mudança				
	Apoio à ação policial	Recursos Materiais	Técnica Policial	Sem Mudança	Outros
Primeiro Grau	0	0	0	1	1
Segundo grau	2	4	4	14	2
Superior incompleto	1	1	6	8	3
Superior completo	4	1	8	2	0
Pós-graduado	0	0	0	1	1
Base	7	6	18	25	6

Fonte: Pesquisa de Campo

Ensinado a obedecer às ordens sem questionamento ou adotar posturas “racionais”, prontas e rígidas na resolução das demandas da atividade profissional, este modelo de resolver os problemas são levados para a vida particular. Os policiais que tendem a atuar bruscamente ou sentem-se em condições de matar alguém naturalmente ou em nome da lei para resolver uma questão, constroem em seu silêncio um problema aparentemente insolúvel, em dimensões que se tornam aparentemente solúvel só com a própria morte. Percebendo a incapacidade dos policiais suportarem tal demanda conflitiva no campo emocional os Estados têm optado por criar grupos especializados em ações de uso da força letal. Contudo, esses grupos tende a fugir ao controle, quando não fogem ao controle do Estado, quando suas ações ganham autonomia.

CAPÍTULO V

GETÚLIO E OUTROS SARGENTOS

Com o romance *Sargento Getúlio*, o escritor João Ubaldo Ribeiro, em 1971, “marca a sua verdadeira estréia literária no plano de grandeza”, segundo Martins (1993). O livro é uma obra que teve como fonte de criação uma ocorrência policial vivenciada pelo pai de João Ubaldo Ribeiro, que exercia a função de Chefe de Polícia em Sergipe. O pai de João Ubaldo participou do resgate de um sargento que recebera 17 tiros no município de Paulo Afonso na Bahia e foi conduzido até a cidade Aracaju. Sem mencionar diretamente o período e o processo de ingresso de Getúlio Santos Bezerra, na Polícia Militar de Sergipe, a tragédia do *Sargento Getúlio* é uma narrativa da diligência indesejada condução de preso.

A idéia de contrastar o Sargento Getúlio com os Sargentos da nossa realidade, não será calcada apenas em comparações de ordem temporal, mas essencialmente no processo de mudança sócio-política que se acontece com o personagem, aonde o matar e o morrer era um fator político, e os policiais militares no Brasil da atualidade, após o período ditatorial em que se mata e se morre à toa.

A obra de João Ubaldo Ribeiro retrata, no âmbito geográfico e histórico, a saga de um sertanejo que, ao se desvencilhar das contingências do sertão nordestino, tem em seu ingresso na Polícia Militar uma condição de distinção em relação ao seu passado e ao seu próprio povo. É possível pensar que o cenário ubaldiano seja tal e qual um sertão descrito em *As Veias Abertas da América Latina* por Galeano (1990, p.45) que retrata uma antiga forma de **assassinato** no nordeste brasileiro: “o sol

inclemente da seca abate-se sobre a terra e a reduz a uma paisagem lunar; obriga aos homens o êxodo e semeia cruzeiros às margens dos caminhos”.

5.1 A Virtude Milicianiana de Getúlio

As emoções presentes nas verbalizações de Sargento Getúlio repercutem para além da intolerância ou da violência, tendo em vista que o poder de polícia transforma tudo em morte, é compreendido pelo autor como uma história de virtude. Este romance ao longo destes 35 anos de sua primeira edição foi por diversas vezes objeto de críticas literárias e análise por diversos profissionais da área de Letras. Vale ressaltar, o exemplo da lingüística Miyazaki (1996) que, em seu livro *Um tema em três tempos*, faz uma análise da citada obra ubaldiana, mostra o mundo imaginário e o simbólico do personagem Getúlio, revelando sua riqueza e dissolvendo a sua aparente complexidade.

Compactuado com o motivo que levou este investigador a escolher essa obra para estudo, Miyazaki (1996, p.12), sem perder de vista da morte como uma relação de poder, certifica que ela “é a figura mais constante nesse mundo essencialmente masculino, cuja experiência é vivida no limite do instinto de preservação, da natureza”. No mundo de Getúlio a morte é algo natural, pois para ele “a coisa que mais tem é morte, e o mais certo que tem. Desque nasce começa a morrer” (RIBEIRO, 2004, p.37). Getúlio revela a nossa incompreensão da morte que se estrutura dentro do contexto cultural e a experiência vivida:

A hora de cada um é a hora de cada um. Mas ninguém gosta de ir, isso é conversa de padre. Qualquer perigo na terra, alguém já viu e pode contar como é. Lá quem viu não pode contar, é um despreparo. Quem quer ser passado nas armas? (RIBEIRO, 2004, p.24)

A morte parece fazer parte da constituição do próprio mito – Sargento Getúlio, que se vangloria de não parecer ter as mais de vinte mortes nas costas, mas a constante recorrência ao tema morte revela os diversos conceitos construídos acerca da morte, quem merece morrer e como deve morrer. Nas primeiras páginas

do romance Getúlio descreve com riqueza de detalhes a morte de uma pessoa tentando transparecer a sua perícia e frieza neste assunto:

Quando o adjutório chega na hora e alcança o homem em vida, se vê-se o peito subir e descer e as bufas da agonia e aquela ânsia e aquela briga e a cabeça se revirando e as mãos se encrespando. Quem nunca viu não sabe o que é. Tem quem diga que a morte é calma. Tem quem diga que dá até paz, como num descanso. Só se fôr depois, porque na hora o sofrimento arregala as vistas e se segura no que achar, como quem se segura na vida. E se revira e range os dentes e levanta a cabeça e puxa o ar e busca conversa e espia os lados e fica retado porque todo mundo não está indo com ele e arroxia os beiços e faz que se senta e se esfrega em tudo e se baba e se bate dos lados e olha duro para as pessoas e dá gofadas e fica com pena dele mesmo e estica as pernas e se treme todo e faz cara de medo e se destorce e faz barulhos e se bufa e se borra e grita e pensa naquilo que nunca fez e pede a Deus nas alturas e chuta o vento e estica a roupa e incha o peito e no fim faz uma força e revira os olhos de modo medonho e dá um arranque para cima e vai embora no seu caminho, que o dia de nós todos vem (RIBEIRO, 2004, p.23-24.)

Construindo um personagem sem alternativa além do sertão, a não ser a de, como policial militar, se render ao interesse da política regional e aos seus conceitos de honra, João Ubaldo, conforme cita em sua epígrafe escreve “uma história de aretê”. Considerando esta obra uma tragédia, para Coutinho (1998, p.74) o termo grego ‘arete’, cuja tradução em português é difícil, mas que pode significar virtude, é uma palavra-chave do romance, em razão de seu contexto de “amoralismo” das ações de Getúlio, para quem matar, “é uma forma de dever, que está além das contingências da realidade social e política, mutável diante de seus olhos”. Getúlio fala para si como se falasse para o mundo e para ninguém, mas é um falar compulsivo e necessário:

Vosmecê me desculpe eu ficar prosando o tempo todo. É para não dormir. Não sei nem o que eu estou falando, ou o que eu estou pensando. Quando estou pensando, estou falando, quando estou falando, estou pensando, não sei direito. Vosmecê não precisa responder, apesar de que é falta de educação. (RIBEIRO, 2004, p.26)

O romance Sargento Getúlio traz um pouco deste sofrimento, tendo em seu corpo a narrativa conflituosa de um personagem que, falando de suas dores e glórias, transita entre o seu pensamento e o dos seus interlocutores para compreender, justificar e valorizar as mortes efetuadas por ele:

Quando matei, nem pensei mais em matar. Matei sem raiva. Pensei que não, antes da hora, pensei que ia com muita raiva, mas não fui. Cheguei, olhei, ela deitada assim e ainda perguntou: que é que tem? Ela sabia, não sabia só disso, tinha certeza que não adiantava fugir, porque eu ia atrás. A dor de corno, uma dor funda na caixa, uma coisa tirando a força de dentro. Nem sei. Uma mulher não é como um homem. O homem vai lá e se despeja. A mulher recebe o caldo de outro. Que fica lá dentro, se mistura com ela. Então não é a mesma mulher (RIBEIRO, 2004, p 38)

O Sargento Getúlio oscila em entender a morte como um fim e como uma transformação do morto, pois a morte possui diversas faces que se complementam a partir da identidade de quem mata e de quem morre. No seu mundo, Getúlio prefere para si e para os outros a morte matada, pois, “a morte morrida enfeia e dá sentimentos porque é devagar, não é pacífico” (RIBEIRO, 2004, p 11). A morte como forma de solução também se efetua frente a um suposto erro da pessoa amada, pois Getúlio relata ter matado a própria esposa grávida de seu filho por conta de uma suspeita de traição. Mas esta morte não foi como as outras:

Isso pensei em dizer a ela, cheguei a abrir a boca. No natural, não falo com quem atiro, é um despropósito. Já se viu, por exemplo, matar um porco e dizer a ele que ele vai morrer por isso e por aquilo outro. Nada, é a faca. Quem se mata não se conversa. Mas ela eu quis dizer, porque, na hora que primeiro bati os pés nos tijolos da sala aberta, vinha com dor. Chegando, passou a dor, não acertei com a fala. Uns olhos gazos tão parados e o cabelo escorrido de banda e a cabeça também de lado, me olhando. Que é que tem? Ela sabia. Quando viu meu braço atrás das costas, tirou as vistas. Quis falar de novo. Eu podia dizer, mas tive medo de conversar. Se quer fazer uma coisa, não converse. Se não quer, converse. Eu tinha de fazer. Não gostava de pensar que ia atravessar a rua com o povo me olhando: lá vai o dos galhos. Isso eu podia dizer a ela. Mas não disse nada e, na hora que enfiei o ferro, fechei os olhos. Nem gemeu. Caiu lá, com a mão na barriga. Fui embora logo, nunca mais botei os pés lá, moro no mundo. (RIBEIRO, 2004, p. 38-39)

Para Getúlio a morte é uma forma rápida, honrosa e prática de resolver os problemas profissionais, políticos e pessoais. Os pensamentos que povoam a mente de Getúlio estão relacionados com a sua compreensão de morte e justificativas sobre “as mais de vinte” efetuadas por ele. Sempre mostrando proximidade e naturalidade ao falar das mortes por ele assistidas e protagonizadas. A morte de um amigo se configura como uma possibilidade de pensar a sua morte e a morte da amada como a possibilidade imortalidade. Antes de sargento – condição a que se agarra desmedidamente – Getúlio teve uma origem semelhante à de muitos excluídos, tendo em vista que foi criado no sertão de Sergipe em clara situação de extrema pobreza:

Mas se eu não sou um homem despachado ainda estava lá no sertão sem nome, mastigando semente de mucunã, magro como o filho do cão, dois trastes como possuídos, uma ruma de filhos, um tico de comida por semana e um cavalo mofino para buscar as tresmalhadas de qualquer dono (RIBEIRO, 2004, p. 14).

Não muito longe da realidade atual, sob precárias condições de recursos, durante a viagem o sargento Getúlio intolerante conta sua própria vida, para não pensá-la, ao passo que descarrega sobre o custodiado e o motorista Amaro as suas dores, revoltas, preconceitos e suposto poder:

Desencoste da porta, cara de cacêta! Sai! Dou umas porradas nesse peste, Amaro? Garanto que, na hora de apertar o gatilho para matar uma família toda, nem pensou. Valente que fazia gosto, todo desfricotado, todo muito de macho, todinho um cabra de Lampião, ah cafetino desterrado, pistoleiro de meia pataca. Agora me diga. Se mijar nas calças, corto o ver-galho fora e pico cimento em cima, estou avisando. Sua sorte é que vão querer julgamento, tem jornalista a seu favor, está um sistema. Por mim era trancha, cabeça no bocapio, entrega em-brulhadinha, com papelotes. Agora, pegando menos de trinta, vai você, promotor, juiz, adevogado, não tem esse. E pegando mais de trinta, quando sair morre também. (RIBEIRO, 2004, p.28)

Em meio às determinações e aquiescência do Chefe de Polícia Antunes, as ações perpetradas por Getúlio contra desafetos políticos e supostas criminosos têm como marca a postura de jagunço, que elimina friamente qualquer oponente como

se estivesse fazendo uma limpeza. O Sargento Getúlio não esconde a sua condição de homem violento ao relatar as mais de vinte mortes nas costas que compreende ser parte de uma purificação feita em companhia dos urubus. Getúlio constitui sua imagem como excelso limpador das sujeiras humanas que são os inimigos políticos do seu chefe. Nota-se a facilidade da execução da morte do outro quando esse é o inimigo e esta ação tem um fim social de limpeza:

A hora de cada um é a hora de cada um. O bexiguento lá estrebuchado, agora ancho nos espinhos, como se o chão fosse forrado de barriguda. Que diferença faz? Quem já viu o derradeiro tiro sabe como é. Aquela sacudida no corpo, uma extremidela de uma vez só. Depois os urubus, que a tarefa aí já não é mais de punição, é de limpeza. (RIBEIRO, 2004, p. 10)

O personagem Sargento Getúlio é um policial vivenciando as transformações políticas e sociais nos meandros do século XX no Brasil. A obra está circundada por um período quando se estabelece a nova estruturação das corporações policiais no Brasil, em pleno regime ditatorial. O sertão nordestino é tomado como cenário para o desenvolvimento do episódio que, como em muitas caminhadas de retirante, se constitui em um percurso de morte, violência e intolerância, que promovem conflitos, sofrimento e dor, que os olhos de um artista pode capturar ou imaginar.

Intempestivo e profissional, no sentido do cumprimento da missão que lhe foi atribuída, Getúlio obedece ao poder político até o momento que este lhe sustenta. Getúlio recebeu ordens que por serem verbais se dissolveram no ar ou podem ser mal interpretadas como as nuvens. Clausewitz apud Mackenzie (1975, p. 177) já alertava a todos que *“o trabalho da polícia é uma continuidade da política por outros meios”*. Abraçando a ideologia do seu chefe Antunes, o Getúlio defende os interesses do grupo político com exercício de poder na região:

É uma finura. Como se nunca tivesse dado uma ordem de morte, como se nunca tivesse anulado uma urna, como se nunca tivesse um pecado nas costas, que tal? Por essa razão que o bandido sou eu aqui, eu que nunca dei tiro por trás de ninguém, nunca. Pois sou o bandido aqui. Arreceio que, se demorar muito tempo, termina ele saindo e eu ficando, como cachorro ruim, um capuco amarrado no pescoço, uma corda no pé. (RIBEIRO, p. 45)

Revelar um universo de morte e sofrimento de um policial durante um processo de mudança política e social ocorrida na primeira metade do século XX no Brasil. Esta obra, além das diversas qualidades regionalistas, que a tornam um clássico da literatura brasileira, possibilitou que esta pesquisa capturasse o caráter emocional do policial militar nordestino que sempre tem sido analisado em suas ações nefastas como um instrumento do Estado repressor ou uma consequência da corrupção policial. Descortinando as características regionais da macheza nordestina e o clientelismo político a narrativa tensa e conflituosa este romance descreve a transformação de afamado jagunço-policial em Getúlio. O poder transformador da morte se revela em pensamento que inundam a narrativa que traz em seu bojo unicamente a ótica do policial em questão sobre a sua vida que confunde com os roteiros das mortes perpetradas por ele. Porém, quando, um grande conflito de identidade emerge da mudança política e esse se esvai:

Foi o chefe que mandou o recado? Foi, foi. E por que não veio ele? Ah, resposta essa. Não veio porque não quer deixar ninguém saber que foi mandado dele. Vem força federal, vem tudo. Então o senhor solta o homem e some e pronto. E o resto se ajeta em Aracaju.

— Não posso sumir. Quem pode sumir é os outros, como é que eu posso sumir, se eu sou eu? Do mais, se vosmecês estão querendo que eu solte o homem e suma, é porque depois ele e vosmecês vão atrás de mim, me arrancar nos infernos para me botar a culpa do negócio. (RIBEIRO, 2004, p.13)

O interessante deste personagem é que ele não perde a rusticidade oriunda de quem sobreviveu as agruras do sertão. Sua postura é potencializada pelo poderes inerentes ao seu cargo, que também são instrumentalizados pelo grupo que domina a política local. Na condição de policial militar Getúlio se mostra tenazmente obediente ao seu Chefe, sem que tal relação fosse permeada dos ditames legais. Contudo o Chefe Antunes busca não vincular a sua imagem à do sargento, pois as ordens passadas eram desprovidas de publicidade. E quando a condução do preso teve um desenrolar que provocaria uma exposição do Chefe, Getúlio foi orientado a desaparecer, porém ele não recua: “É preciso entregar o bicho. Entrego e digo: ordem cumprida. Depois, o resto se agüenta-se como fôr, mas a entrega já foi feita, não sou homem de parar no meio” (RIBEIRO, 2004, p. 84). A condição de conflito de Getúlio não está estabelecida entre matar ou não matar e sim se adequar as mudança sociais

e políticas que estavam se desenvolvendo na região. É mais fácil matar do que conduzir o preso a delegacia. A questão de Getúlio não permeia um demanda ética ou legal apenas de ordem prática: Quem manda?

É que a situação mudou, diz o padre, não sei se vosmecê vai poder levar o homem para Aracaju, porque lá esta uma novidade de gente e uma porção de jornais e dizem que quando vosmecê chegar vão lhe encher de couro e soltar o homem. Ah, isso não, se Antunes não me sustenta, o que é que me sustenta? (Ribeiro, 2004,p.83 e84).

Em um dado momento, nos meandro do século XX, a ordem política local muda desletimando a ação do sargento. Getúlio recebe recados do chefe com ordens para libertar o prisioneiro, porém continua no afã de cumprir a ordem anteriormente recebia. E os danos produzidos desde o início do cumprimento da missão pareciam ter construído um demanda de cunho pessoal. Durante a missão Getúlio já havia atanazado o preso e matado em defesa da sua “honra” um Tenente que o perseguia. No momento que o Tenente é degolado por Getúlio o contexto ideológico dominante no romance transborda o personagem que narra e chega ao padre, que questiona por que Getúlio foi matar logo um Oficial:

Inda mais, diz o padre, que temos aqui trocidades, dentes arrancados, violências, e os tempos estão mudando e vosmecê cortou a cabeça dum tenente e não sei como é que isso vai ser, inda se fosse um cabo, qualquer coisa assim, mas como é que se vai cortar a cabeça dum superior mesmo no aceso, acho que é maluquice. Que desse umas porradas, ainda vá, ou arrancasse um olho na disputa, uma coisa dessas, quase que sem querer, acontece. Agora, a cabeça não; a cabeça se vai lá, se olha o pescoço e se resolve cortar, é uma coisa quase parada, não pode ser. Mas nesse mesmo minuto se senta na marquesa e olha para o lado do coisa e fica olhando mais e mais e aí se acalma. (RIBEIRO, 2004, p.82-83)

5.2 Intolerância e Morte

As formas de exclusão contemporâneas, nas regiões metropolitanas, constituem uma lógica que são regiamente executadas pelas corporações policiais. No confinamento e na falta onde se confinar ou pela fragilidade jurídica resolvesse

pela morte dos homens descartáveis pela sociedade. Em determinado momento os policiais também se tornam descartáveis. A ideologia que reforçada pela intolerância desvirtuam a função policial militar, ao passo que a legitimidade de suas ações é seu grande escudo protetor, principalmente no âmbito emocional.

Como novos Getúlios, corridos da miséria, treinados para matar e supostamente para morrer, policiais militares agem em prol da coletividade, desnaturalizados de certo senso de auto preservação. São nestes celeiros que a violência e a morte do oponente se fundamenta na busca de contornos de legalidade, e nem sempre legitimidade. Os policiais militares aprendem que mesmo as possibilidades legais para o uso da força não garantem mais um conforto emocional.

Esta prática se reproduz também na vida das demandas conjugais quando Getúlio, frente a uma suspeita de traição conjugal, esfaqueia a esposa grávida, sem qualquer chance de defesa ou esclarecimento. Neste episódio uma visão machista sobre o mundo se sobressai. A intolerância contra os negros baianos ou o povo de Muribeca são freqüentes: “Vosmecê sabe, esse apustemado é de Muribeca. Povo de Muribeca não presta, tudo tabaréu, lá não tem nada, não sabe vosmecê.” (RIBEIRO, 2004, p.12). Logicamente, que neste contexto estamos levando em consideração as situações que estejam relacionadas às ações intempestivas, recheadas de intolerância. Um matar pouco pensado ou elaborado é um reflexo da intolerância humana. Esta intolerância é alimentada pela permissividade institucional que “delega” ao profissional de segurança o monopólio da força sem limites em período de crise e pela insegurança, medo e os conflitos de que enfrenta corpo a corpo o outro, o estranho, o inimigo. Assim, a morte do tenente desencadeia a total perda de suporte político até então mobilizado por Getúlio:

Ora, estou estranhando isso, nunca vi tanta besteira por causa de uma meada numa cabeça de tenente cortada. Nem que fosse patente mesmo, que ninguém anda respeitando galão mais. Foi, foi, pronto. O negócio é ser homem, foi, pronto. O tenente está no céu, seu padre, pronto, deve estar com umas asas e tocando viola e melhor do que o resto daqui de baixo. (RIBEIRO, 2004, p. 93)

Sem nada a perder Getúlio mostra e destemor a morte, pois a forma como a delinea expressa uma grande intimidade. Como se estivesse ciente desta relação

Getúlio declara: “Tárcio dizia: eu só faço os buracos, quem mata é Deus” (RIBEIRO,2004, p.37). A dificuldade que paira sobre os pensamentos e palavras, quando se falar de morte remete a uma certeza do inevitavelmente:

Quem agüenta a velhice que vai chegando, os espotismos e as ordens falsas, a dor de corno, as demoras em tudo, as coisas que não se entende e a ingratidão, quando a gente não merece, se a gente mesmo pode se despachar, até com uma faca? Quem é que agüenta esse peso, nessa vida que só dá suor e briga? Quem agüenta é quem tem medo da morte, porque de lá nenhum viajante voltou e isso é que enfraquece a vontade de morrer. E aí a gente vai suportando as coisas ruins, só para não experimentar outras, que a gente não conhece ainda. (Ribeiro, 2004, p. 99-100)

A nova determinação do Chefe era para esquecer o preso e sumir no mundo. Getúlio passa de caçador a caça e a idéia de limpeza simbolizada pelo urubu rei e transfigurada para a limpeza de cardume de piranhas que sequer sabem fazer a limpeza direito. Perseguido e sem a identidade de policial Getúlio passa a agir como um bandido e deseja ser um cangaceiro. O desejo de morte se instala como uma alternativa ao seu sofrimento. Sargento Getúlio deseja a morte.

Levo ou não levo, é isso. Talvez seja melhor sofrer a sorte da gente de qualquer jeito, porque deve estar escrito. Ou é melhor brigar com tudo e acabar com tudo. Morrer é como que dormir e dormindo é quando a gente termina as consumições, porisso é que a gente sempre quer dormir. Só que dormir pode dar sonhos e aí fica tudo no mesmo. Porisso é que é melhor morrer, porque não tem sonhos, quando a gente solta a alma e tudo finda. Porque a vida é comprida demais e tem desastres. (RIBEIRO, 2004, p. 99)

O suicídio de policiais militares tem sido conceituado como um ato motivado pelas contingências sociais ditas insuportáveis e transtornos emocionais diversos, semelhante ao cenário anômico construído por João Ubaldo. O matar de Getúlio tem sua causa vinculada a questões de ordem de formação moral e ações intempestivas. Ao analisa-se esta situação veremos que o homicídio e o suicídio passam,

necessariamente, pela concepção de vida e morte que emergem da relação do agente com a sua prática de social. A leitura e reflexão sobre a obra de João Ubaldo Ribeiro: Sargento Getúlio, além de trazer os conflitos e tensões intempestivas que envolvem a ação policial militar, revelar o homem na sobra de um sargento de polícia, que aquele que mata com raiva e sem raiva, por honra a quem ama e a quem odeia, por ordem e sem ordem, mais acima de tudo já está morto na sua condição de humana.

A explicação da etimologia do suicídio para a psicologia tende a ressaltar a presença constante do dilaceramento da pessoa que tenta ou comete o suicídio. Nela as pessoas estão passando, aparentemente, por uma situação extremamente grave, que ocasiona o surgimento da divisão do indivíduo em uma parte, que quer saída saudável para o problema, e outra parte, que pensa na morte como uma saída extrema, para se livrar do sofrimento. Na abordagem cognitivo-comportamental, em psicologia, Dattilio (2004, p.83), apoiado em Slaiku, define o ato de auto-extermínio como “um estado temporário de perturbação e desorganização, caracterizado principalmente pela incapacidade do indivíduo de enfrentar uma determinada situação usando os métodos costumeiros de resolução de problemas...” A exposição da emoção como veia abertas foram trazidas pela tensão do romance que retrata a saga de um policial militar do estado de Sergipe que recebe uma ordem e uma contra-ordem:

É que a situação mudou, diz o padre, não sei se vosmecê vai poder levar o homem para Aracaju, porque lá esta uma novidade de gente e uma porção de jornais e dizem que quando vosmecê chegar vão lhe encher de couro e soltar o homem. Ah, isso não, se Antunes não me sustenta, o que é que me sustenta? (RIBEIRO, p.83 e84).

Em termo do suicídio e do uso da força, no faz pensar ainda embrionariamente que os policiais militares que estão condicionados a atuar dentro de *habitus* no sentido bourdieusiano unicamente da força, agem como se um sistema adquirido na história de vida e no processo de formação (socialização policial militar) regula-se sua práticas sem a necessidade de reflexão. A voz conflituosa e agonizante de Getúlio é a voz calada dos policiais militares de hoje,

que não pode ser extraída em questionários e não pode ser racionalizada em gráficos, por que estão sendo vista como se estivesse na face do outro, do inimigo, do estranho. Kierkegaard (2002, pág. 37) reforça as possíveis conseqüências do conflito mental vivenciado por um indivíduo em desespero do silêncio: “O homem que se cala fica com efeito reduzido ao diálogo consigo mesmo e a realidade não o vem socorrer castigando-o, fazendo recair sobre ele as conseqüências das suas palavras.” Consoante já agoniza em conflitos Getúlio:

Não sei direito como é que eu falei assim, mas de repente eu estava me sentindo muito bom e o que é mais que pode me acontecer. O que pode me acontecer é eu morrer, daí para baixo não pode mais nada, e se eu morrer vou com diversos, vai ser uma caravana, e quando os homens desistiram de mais conversar e quando eu me lembrei do recado de Eivaldo e quando eu vi que eles foram e eu tinha de dar uma decisão, aí não sei. Não gosto dessa folia de recado, não é meu jeito. Mas possa ser que é verdade tudo, e então eu estou só no mundo, eu mais Amaro. (RIBEIRO, 2004, p.98-99)

As notícias de violência policial se multiplicaram nos últimos vinte anos e ganharam tons que denotam por vezes uma racionalidade corrupta ou uma postura banalização do outro ou da vida. Mata-se por nada. Desta forma, os estudos sobre segurança pública que direcionavam as denúncias contra os governos hoje, tem com foco preferencial culpar as instituições policiais ou próprios policiais militares pelos abusos do uso da força. Governos que tem buscado resolver esses abusos dos agentes da lei penalizando prontamente aqueles que foram denunciados sem que outras medidas fossem tomadas para a compreensão dos problemas de uma forma mais ampla.

Compreender o porquê de uma pessoa buscar matar alguém ou efetiva a sua própria morte, para dar fim a uma demanda, inevitavelmente, põe em convergências dois elementos essencialmente humano: o poder e a fragilidade. Estes são elementos necessariamente complementares na vida social, porém quando eles se estabelecem, na condição de conflito, em um só indivíduo o mal-estar é insuportável. Um Getúlio que constrói a sua história pela fama de matador e tem a sua força manipulada pelo Chefe Antunes. A subjetividade do poder e da fragilidade humana ganha dimensão ilimitada quando o seu alcance de afetação da vida e da morte. Até porque, o poder sobre a

vida é também o poder sobre a morte, bem como o poder sobre a vida do outro é um poder sobre a própria vida.

A violência policial exercida sobre certos setores da sociedade em conflitos urbanos tende a crescer paralelamente aos atos suicidógenos dos policiais militares nas últimas décadas. Buscar a razão das ações policiais na racionalidade é construir uma razão inexistente. Getúlio, como militares que perdem diuturnamente uma batalha, padecem por um reconhecimento social de suas ações e desconhecem o sentido de seu trabalho que se tornou a própria vida.

A disciplina rígida corroi, embrutece e desumaniza o homem, mas o torna útil. O limite de Getúlio não era a lei, mais sim os interesses do seu Chefe. Getúlio não matava por dinheiro, mas pela sua honra e por fins claramente políticos. Getúlio morreu porque a sua vida passou a ser o trabalho. Com o fim da sua função, só lhe restaria ser, como também desejou, um Lampião. Sofrendo um pouco mais que o velho Getúlio, o policial de hoje tem uma maior consciência de direito e deveres funcionais. As suas ações violentas são muito mais intempestivas do que criminosas e, por isso, é maior o sofrimento, pois o policial é posto em uma condição de trabalho que lhe dá possibilidade, muitas vezes, de agir prontamente de forma diferente. Ele tem medo, receio, insegurança e limites que nem o treinamento técnico ou disciplinar militar minimizam. A disciplina não dissolve os preconceitos, pois ela tende a reforça estigmatização e a intolerância.

CONSIDERAÇÃO E FINAIS

O risco de matar ou de morrer sempre esteve presente na atividade policial em grandes confrontos político-sociais, guerras e guerrilhas. Contudo, a violência social, desencadeada no Brasil nas últimas três décadas, caracteriza-se não apenas pela banalização do uso da força, mas essencialmente pela naturalização da morte violenta nos grandes centros urbanos. A morte, como um fator de exclusão social, é um fenômeno que tem sido preponderante nos últimos anos e, não por coincidência, ganhou notoriedade com a transição e a abertura democrática brasileira. Nos anos setenta surgem os primeiros registros de grupos extermínio, que matavam sem aparente vinculação política, sem investigação ou qualquer identificação do suspeito, a não ser pela aparente condição social, etnia e idade. Ou seja, jovens negros pobres de comunidades suburbanas passaram a ser mortos em abordagens policiais rotineiras. As corporações policiais brasileiras calam à bala e na bordoadas as mais tênues inquietações e reivindicações sociais.

Esta investigação prima por um levantamento acerca da relação existente entre a atividade policial militar e a morte, bem como os seus efeitos no universo deste profissional. Não se pode perder de vista que o próprio conceito de morte construído no seio da atividade policial também é tangenciado pelas concepções de vida do mesmo. Quando inquiridos nesta pesquisa sobre o sentido da vida humana, as respostas ganharam tons poéticos que a exaltavam como um “bem divino” e “que deve ser protegido”. Todavia, quando a questão é sobre Direitos Humanos, a vida deixa de ser um direito e passa a ser uma concessão ao cidadão de bem. Desta forma, a morte passa a significar para o policial militar, destacadamente aqueles que atuam no combate direto ao crime, uma forma de limpeza social quando o morto é um “marginal”.

Por outro lado, sem que perceba, a mesma prática vai se instalando e se alimentando pelas mortes violentas de policiais militares, comumente, durante o período de folga. Definitivamente, gera-se um ciclo tão vicioso que para o policial

militar é preciso matar o “marginal” para não morrer. Assim, para alguns policiais matar um “marginal” tornou-se uma medida efetiva de ‘policimento preventivo’.

Havia uma compreensão clássica de que o policial militar expressava na relação com comunidade aquilo que vivenciava nos quartéis, como se a formação militarizada determinasse a sua conduta do profissional. Porém, nota-se que são os riscos das ocorrências policiais e a própria história, que também reestruturam os conceitos e a identidade policial.

De certa forma, as vigorosas ações policiais, movidas pelos elevados índices de criminalidade e as queixas das populações dos grandes centros urbanos brasileiros, já não são apenas reflexos indesejados das diretrizes governamentais de controle social. Existe efetivamente um estranho confronto armado em que os policiais militares defendem-se e atacam como podem. Sem coletes à prova de bala, gás ou choques elétricos paralisantes, balas de borracha e tantos outros recursos materiais que poderiam reduzir a letalidade dos confrontos inevitáveis, os policiais militares se estruturam e se esquivam dentro dos seus próprios conceitos de cidadania, honra, compromisso social, marginal e, principalmente, da morte.

Com o poder sobre a vida e a morte, alguns policiais militares tornam-se um deus e um diabo. Nas noites desertas, esquinas e becos mal iluminados, estradas e matagais, subúrbios e famílias silenciosas ou mesmo em plena luz do dia, como a ocorrência típica do Sargento João, em Salvador, os rigores da lei não controlam o poder de morte de um policial. É preciso saber como ele se instala na prática policial e se retro-alimenta. A tensão que alimenta o personagem Sargento Getúlio, retratando um pouco a saga dos policiais militares no combate a violência com violência e pode nos dar a dimensão do ambiente totalmente fora de controle onde atua o policial militar. A iniciativa das organizações policiais militares em criarem unidades especiais para enfrentar tais demandas apenas aumenta os conflitos e as mortes. Assim como Getúlio, esses policiais especiais, presos a rígidos esquemas mentais, constroem sempre um novo e arriscado cenário, violência e morte.

Muitos pesquisadores entendem que não tem sido possível estabelecer um fato único como causador da violência, denota que muitas reflexões precisam ser feitas

sobre este objeto e que esta tarefa não se constituirá algo fácil. É preciso que a comunidade e os próprios policiais percebam que os múltiplos efeitos da violência na contemporaneidade têm que estar no foco da coletividade, pois todos estão sendo afetados indistintamente. Uma maior compreensão da realidade social por parte dos policiais militares, colide as políticas de segurança pública que mantiveram o seu viés autoritário. Elias (2006, p. 90) destacando os conflitos oriundos da mudança institucionais, “entende que o ajustamento entre instituições e necessidades em sociedade em constante mudança nunca é completo” e fala da inevitabilidade dos profissionais absorverem para si os conflitos e problemas das instituições.

O significado que a morte apresenta para o policial militar em Salvador a partir dos questionários respondidos pelos mesmos, tem uma sensação de abandono social tal e qual ao de Getúlio. O matar o 'oponente' ou 'inimigo' se tornou um “mal necessário” ainda que se conheçam as histórias sociais desses 'inimigos', que têm a mesma origem de muitos policiais, em uma cidade negra como Salvador. Qualquer sinal de sensibilidade ou simpatia ou aproximação soa como um risco de quebra da racionalidade, disciplina, hierarquia. Talvez, por conta disso não se conceba a desmilitarização das policiais brasileiras, pois no passado havia um risco dos escravos que aderiram às milícias cidadãos fazerem um uso indevido das armas como agentes da lei. E hoje, qual será a questão? A busca por respostas imediatas têm conduzido muitos pesquisadores posturas pragmáticas, visto que quando se percebe que a vida tem perdido o seu valor nas ações cotidianas, principalmente, no combate à violência - em da defesa do patrimônio.

O efeito imediato da violência policial é a rejeição dessas corporações, porém o crescente número de policiais militares mortos violentamente nos últimos anos, bem como os elevados índices de suicídios nas corporações policiais militares no Brasil, precisa ser mais bem analisado na sua relação com a forma de atuação dessas instituições. E preciso partir de uma perspectiva que vá além da legalidade do uso da força letal, pois só a legitimidade e a ética possibilitariam um pouco da paz às consciências desses operários da violência.

Neste patamar caberia uma pergunta: Será que existe uma outra forma de se promover a paz e a defesa social sem se travar, infinitamente, uma cruel e

sangrenta guerra em sociedade? A resposta a esta pergunta, muitas vezes, tem sido centrada, única e exclusivamente, nos danos causados pelos policiais militares à comunidade ou na desqualificação e incompetência profissional de policiais. Para Belestreiri (1994), apenas denunciar, sem germinar esta ação com uma perspectiva construtiva educacional, começa a configurar-se como um bem intencionado vício, possivelmente comodista, irresponsável e ineficaz.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sérgio. **Os caminhos da tolerância: o afro-brasileiro e o princípio da igualdade e da isonomia no Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ALENCAR, Francisco. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico., 1996.
- ALVES. P.C. **Discursos sobre a enfermidade mental**. In: Saúde e doença: olhar antropológico. Org. por Paulo César Alves; Maria Cecília de Souza Minayo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- ALZUGARAY, Paula. **Revista ISTOÉ**, nº. 1311, p. 56, 16 de novembro de 1994.
- ALVAREZ, A. **O deus selvagem: um estudo do suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ANJOS, Ery Euzébio dos. **Banalização da Violência e a Contemporaneidade**. Em Ensaio sobre violência. Org. Thimoteo Camacho Vitória: EDUFES, 2003.
- ARANHA, Roberto. **Manual de instrução integrativa da PMBA**. Salvador: Garamond, 1997.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Trad. Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1985.
- _____. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003.
- _____. **Crise da república**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ASSIS, Machado de. **O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana**. In: Obra Completa, de Machado de Assis, vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- AVRITZER, Leonardo e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. **Democracia, participação e instituições híbridas**. In: Revista dos Departamentos de Ciência

Política e de Sociologia e Antropologia. Teoria e Sociedade. Número Especial. Belo Horizonte: UFMG, março, 2005.

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

BAHIA. Lei nº. 7.990 de 27 de dezembro de 2001. **Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia**. Salvador, 2001.

BAIERL, Luiza Fátima. **Medo social: da violência ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **A cultura popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66: a história da polícia que mata**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BASTO-NETO, Osvaldo. **Introdução à segurança pública como segurança social: Uma hermenêutica do crime**. Salvador: Dinâmica, 2006.

BAUDRILLAD, Jean. **A troca Simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996.

BAUMAN, Z. **O mal estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BAYAARD, Jean-Piere. **Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?** Trad. Benoni Lemos. São Paulo: Paulus, 1996.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Comparativamente Internacional**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Edusp, 2003.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das penas**: Rio de Janeiro: Rio-Universidade Estácio de Sá, 2004.

BECKER, Howard S. **Sobre Metodologia. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993

BELESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e direitos humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: Pallotti, 1994.

BELLI, Benoni. **Tolerância Zero e democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 90**. São Paulo: Perspectivas, 2004.

BERGER, P.L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

- _____. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLEGER, Jose. **Temas da Psicologia – Entrevista e Grupos.** Trad. Rita M.M. de Moraes. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BICUDO, Hélio Pereira . **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte.** Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. São Paulo, 1976.
- BOBBIO, Norberto, **Dicionário de Política.** 8ª ed., Vol. 2, Brasília: UNB, 1995.
- _____. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política.** Trad. Marcos Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. **As ideologias e o poder em crise.** Trad. João Ferreira. Revisão técnica Gilson César Cardoso. Brasília: UNB, 1999.
- BOUDIEUR. Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **A economia das trocas simbólicas: Introdução, Organização e Seleção.** Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **Pierre Bourdieu: Sociologia.** Org. Renato Ortiz. São Paulo, 1983.
- _____. **Dominação masculina.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 2005.
- BRETAS, M.L. **Ordem na cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 -1930.**
- BRODEUR, Jean-Paul. **Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar.** Caderno CRH 17(42), 2004.
- CARAM, Dalto. **Violência na sociedade contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1978.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 7ª ed.. Campinas: Papyrus, 1988.
- CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de. PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador.** Salvador: UFBA, 2006.
- CASSORLA, R.M.S. **O que é o suicídio.** São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. **Do suicídio: estudos brasileiros.** Campinas: Papyrus, 1991.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTE, F. e MINAYO, M. C.. **Organizadores Psíquicos e suicídio: retratos de uma autópsia psicossocial.** Em O Mosaico da Violência: A perversão na vida cotidiana. Coord. Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado. São Paulo: Vetor, 2004.

- CAVALLARO, James Louis. **Brutalidade policial urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Human Rights Watch, 1997.
- CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir. **Determinantes da criminalidade: Arcabouços Teóricos e resultados Empíricos**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, n°2, pp 233 – 269, 2004,.
- CHEVIGNY, Paul G. **Police Brutality Encyclopedia of Violence, Peace, and Conflict**. Vol. 1, New York University Law School, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática. 2003.
- _____. **O que é ideologia**. São Paulo: Atica, 1980.
- COORDENADORIA DE MISSÕES ESPECIAIS. PMBA. **O suicídio de policiais militares no período compreendido entre o ano de 1995 e 1997**. Comunicado nº. 087/95-5, Salvador, 1997.
- COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Savaira, 1999.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construção da realidade social**. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2001.
- COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: gestão de segurança, violência e controle social**. Salvador: Edufba, 2005.
- COSTA, A.; MEDEIROS, M.A. **A desmilitarização das polícias: policiais, soldados e democracia**. In. Teoria e Sociedade. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. pp. 66-89. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Trad. Tomas Bueno. Campinas: Papyrus, 1995.
- COUTINHO, Wilson. **João Ubaldo Ribeiro: um estilo de sedução**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- CRAVALHO, M.A. **De doente a encantado: o conceito de mecanismo de defesa de uma vítima de ‘espírito mau’ em uma comunidade rural na Amazônia**. Revista Antropologia da Saúde, Fiocruz, 1998.
- DAMASCENO, R.J.S.; SANTOS JUNIOR, A.A.; MORAES, L.S.M. **Assassinatos de policiais militares em salvador: perfil típico das vítimas e principais circunstâncias**. Salvador: Academia de Polícia Militar do Bonfim. Monografia. Curso de Pós-graduação de Gestão em Segurança Pública, 2003.

- DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DATTILIO, Frank M. **Estratégias cognitivo-comportamental de intervenção em situação de crise**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é a Filosofia? (O que é um conceito?)**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DIAS, M.L. **Suicídio: testemunho de adeus**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DUARTE, André. **Hanna arendt e a biopolítica: a fixação do homem como animal laborans e o problema da violência**. In: Hannah Arendt e a condição humana. Org. Adriano Correia. Salvador: Quarteto, 2006.
- DUBY, Georges. **Na pista de nossos medos**. Ano 1000. São Paulo: Unesp. 1998.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas**. Revista de Antropologia. v. 46, nº 1. São Paulo: USP, 2003.
- DURKHEIM, Emile. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **O suicídio**. Trad. Alex Marins. Série Ouro. São Paulo: Martins Claret, 2003.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Unesp, Boitempo, 1997.
- ÉPOCA, **Desequilíbrio mortal**. 08 de fevereiro de 1999.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70. 1970.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **A solidão dos moribundos**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- _____. **O processo civilizador**. V. 1. Uma história dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **O processo civilizador**. V. 2. Formação do estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Escritos e ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Org. Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ESPINHEIRA FILHO, Ruy. **Romance do sapo seco: uma história de Assombros**. Salvador: Edições Cidade da Bahia, 2005.

ESPINHEIRA, Gey. **Os tempos e os espaços do crime**. In: OLIVEIRA, N. et al. A outra face da moeda. Violência na Bahia. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, p.30-43, 2000.

_____. (coordenador). **Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Ministério Público Estadual/UFBA, 2004.

_____. **Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização**. In: Carvalho, Inaiá Maria M. de. Dossiê: Urbanidade Contemporânea. Caderno CRH, v.8, n. 45, set/dez. Salvador, 2005.

FEDERICO, Vicente. **Um caso de polícia: reorganização, capacitação profissional e policia comunitária na policia Militar da Bahia**. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal Ltda, 2005.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975 –1976)**. Trad. Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Tasso. **Tolerância zero na bahia**. Salvador: Tribuna da Bahia, 22 de maio de 2006.

FREUD, S. **Por que a Guerra?** V. XXII. Rio de Janeiro: Standard, Imago, 1980.

FRIDMAN, L.C. **Vertigens pós-modernas - a subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2000.

GALEANO, A. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo, 1990.

GRACIA, T.I. **O giro lingüístico**. In: Manual de análise do discurso em ciências sociais. Coordenador-IÑIGUEZ, L. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIDDENS, Anthony, **A constituição da sociedade**. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As ideologias e o poder em crise**. Trad. João Ferreira. São Paulo: UNB, 1995.

_____. **Em defesa da sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Sociologia**. Trad. Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Edusp, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. O Saber Local**. Cap. 3, Petrópolis: Vozes, 1998.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes., 1999.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1963.

GOHN, M. da G. **Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina**. In: Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Edusp, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e a validade**. V. 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: UNB, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologia qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2005.

IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. Fundação Djalma Guimarães, São Paulo, 2002.

- JUSEFOVICZ, Eliseu. **Democracia e legitimidade do direito à luz da teoria habermasiana**. In. Justiça e Democracia: entre o universalismo e o comunitarismo. Cecília Caballero Lois. São Paulo: Landy, 2005.
- KALILI, Sérgio. **O relatório sobre a vergonha nacional**. Revista Caros Amigos, set, 2003.
- KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão**. Disponível em [_<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/>](http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/) Acesso em: 22 mar. 2006.
- KIERKEGAARD, Sören. **O desespero humano**. Trad. Alex Marins. Martin Claret, São Paulo, 2002.
- KOURY, Mouro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da emoção: O Brasil urbano sob a ética do luto**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe. **Etnografia Antopologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEMONS-NELSON, Ana Tereza. Jornal Atarde. 26 de agosto de 2001.
- LEVINE.D.N. **Visões da tradição sociológica**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LIFTON, Jay Robert. **O futura da imortalidade**. Trad. Noemi Cartum. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- LINHARES DE ALBUQUERQUE, Carlos e PAES MACHADO, Eduardo. **Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar**. Rev. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº. 5, jan-jun, 2000.
- LUBISCO, Nídia M.L.; VIEIRA, Sônia Chagas Vieira. **Manual de estilo acadêmico: monografia, dissertações e teses**. Salvador: Edufba, 2003
- MACKENZIE, W.J.M. **Poder, violência, decisão**. Trad. A. Penteado dos Reis. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1978.
- MAFFESLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Trad. Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso literário contra a literatura**. In Mello, R. Análise do Discurso & Literatura. NAD/FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- MANNING, Peter K. **Os estudos sobre a polícia nos países anglo-americanos**. In. Carvalho, Inaiá Maria M. de. Dossiê: Urbanidade Contemporânea. Salvador: Caderno CRH, v.8,n.45 – set/dez, 2005.

- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Trad. Maria Orlanda Pinassi e Daniela Jinskins. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARTINS, Wilson. **João Ubaldo Ribeiro: um caso de populismo literário**. In Revista Iberomania, no 38, 1993, pela Max Niemeyer Verlag, Tübingen. Disponível em: www.secrel.com.br/jpoesia/wilso03.html. Acesso: 25/01/2006.
- MARTTA, Margareth Kuhn. **Violência e angústia**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004.
- MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábolo Editorial, 2007.
- MEDEIROS, M. A. **Aspectos institucionais da unificação das policiais nos Brasil**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 2, 2004.
- MELLO, Renato. **Análise do Discurso & Literatura: uma interface real**. In: Mello, R. Análise do Discurso & Literatura. NAD/FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- MERTON, Robert K. Sociologia: **Teoria e estrutura**. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- MIYAZAKI, T. Y. **Um tema em três tempos**. São Paulo: UNESP, 1996.
- MICHAUD, Ives. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A autoviolência, objeto da sociologia e problemas de saúde pública**. In: Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(2): abr-jun, 1998.
- _____. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Policia, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. In: Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2005.
- MILLER DE PAIVA, Luiz. **Tanatismo, suicídio e vitimologia**. In: Do suicídio: Estudos brasileiro, Roosevelt Moises Smeke Cassorla (coord.). Campinas : Papyrus, 1991.
- MORAIS, J.F. Regis, Coord. **Sociedade: o espelho partido**. Campinas: Edicamp, 2003.
- MORRIS, Terence. **Desvio e controle: a heresia secular**. Trad. Waltensir Dutra. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- MURILLO, Susana. **Mutação de urbanidade em buenos aires**. In: Carvalho, Inaiá Maria M. de. Dossiê: Urbanidade Contemporânea. Caderno CRH, v. 8, n. 45 – set/dez. Salvador, 2005.

NAZARETH CERQUEIRA, Carlos Magno. **As políticas de segurança pública do governo Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Archè, v. II, nº.19, 1998.

_____. **Prefácio. Revista O estresse policial**. Clube de Oficiais da PMRJ. Rio de Janeiro, 1993.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **O fenômeno da exclusão social no Brasil**. INED, nº. 3, 1996.

NOLASCO, Sócrates. **De tarzan a homer simpson: banalização da violência masculina em sociedades ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NUNES, Everardo Duarte. **O suicídio: reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX**. In Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(1):7-34, jan-mar,1998.

NEVES, Paulo Sergio da Costa (Org). **Polícia e democracia: Desafios à educação em Direito Humanos**. Recife: Bagaço, 2002.

NIETZSCHE, F. **O Nascimento da Tragédia no espírito da música**. São Paulo: Moraes, 1985.

OLIVEIRA, Nelson, RIBEIRO, Lutz Mulert Souza e ZANETTI, José Carlos (Organizadores) **A Outra face da moeda: Violência na Bahia**. Salvador: Gráfica Envelope e Cia, 2000.

OLIVEIRA, Antonio. **Uma polícia militar em uma sociedade democrática**: In: Caderno CRH, nº. 44, maio/ago, Salvador, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde**. Genebra, 2002.

OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE ,Tom. **Dicionário do pensamento social do XX** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAES-MACHADO, Eduardo e NORONHA, Ceci Vilar. **El control y el uso de la fuerza policial en Brasil**. Luis Geraldo Gabalón e Christopher H Birkbeck. Policía Y Fuerza Física: En Perspectiva Intercultural, Editorial Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela. 2003.

_____. e NORONHA, Ceci Vilar. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº. 7, jan/jun, 2002.

PANKOW, G. **O homem e seu espaço vivido: análises literária**. Campinas: Papyrus, 1988.

PASSETI. E.; OLIVEIRA, S. **A tolerância e o intempestivo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

- PATROCINIO, Maria Carmen de Castro. **Violência policial: estudo de caso da instituição policial militar de Minas Gerais**. Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública. Belo Horizonte, jan/dez, 2003.
- PAULA, Sérgio Goes de. **Morrendo à toa: causas da mortalidade no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Trad. Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PEQUENO, Marconi. **Hannah Arendt: violência e banalização do mal**. In: Hannah Arendt e a condição humana. Org. Adriano Correia. Salvador: Quarteto, 2006.
- PERALVA, Angeliana. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.
- PLATÃO. **Fédon: dialogo sobre a alma e a morte de Sócrates**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- REINER, Robert. **A política da polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2000.
- RIBEIRO, Ib Martins. **Índice alarmante de suicídio na PM de São Paulo**. Revista O estresse policial. Clube de Oficiais da PMRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- RIBEIRO, L.M.S. **Pesquisa sobre crime de homicídio na Bahia**. In A outra face da moeda: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- RAMOS, Sílvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- REINER, Robert. **A política da polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2000.
- REIS, Dyane Brito. **A Marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares**. Caderno CRH, Salvador, nº. 36, jan./jun, 2002.
- REVISTA ÉPOCA. **Estudo revela que exclusão social atinge 42% dos municípios brasileiros**. Nº 244, 17/01/2003.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Sargento Getúlio: romance**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

- ROCHA Décio e DEUSDARÁ Bruno. **Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** Alea, v. 7, nº. 2, julho/dezembro, 2005.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- RODRIGUES, Maria da Conceição Casulari. **Policiamento e violência urbana: significados dos efeitos da força letal entre policiais militares em Salvador.** Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, UFBA, Salvador, 2002.
- ROSA, F.A. de Miranda. **Patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte.** Rio de Janeiro: Achiamé. 1983.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípio de direito político.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** 30 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Da Morte, Metafísica do Amor, Do sofrimento do mundo.** Texto Integral. Coleção obra prima de cada autor. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. **Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública.** Fundação Ford, dez. 2005. Disponível em: <http://www.ibase.br>. Acesso em: 25/01/2006.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- SOARES, L.E.; BATISTA, A.; PIMENTEL, R. **Elite da tropa.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **Teoria da literatura de massa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- _____. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia.** São Paulo: Cortes, 1992.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: Research and Indigenous Peoples.** Zed Books Ltd, London e New York, 2001.
- SYKES, Gresham M. **Crime e Sociedade.** Trad. Walter Pinto. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.
- SZASZ, T. **A Fabricação da Loucura.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

UNESCO. Declaração de Veneza: **A ciência diante das fronteiras do conhecimento**.1986. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/. Acesso em: 22/06/2006

_____. **Declaração dos Princípios da Tolerância**. Conferência Geral da Unesco, novembro de 1995. Disponível em www.unesco.org.br/publicação/. Acesso em 22/06/2006.

_____. **Mortes matadas por armas de fogo no Brasil 1979-2003**. Divulgado em 2005. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/. Acesso em: 22/06/2006.

VARELA, Maria Helena. **O heterologos em língua portuguesa: elementos para uma antropologia filosófica comparada**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1996.

VELHO, Gilberto. **Individualidade e Cultura: Notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. V. 1, Brasília: UnB, 1991a;

_____. **A Objetividade do conhecimento nas ciências sociais e nas políticas sociais**: In Sobre a Teoria das Ciências Sociais. São Paulo, Moraes, 1991b.

WERLANG, Blanca Guevara; BOTEAGA, Neury José. **Comportamento Suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência**. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1997.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Revan, 1999.

A N E X O S



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ESTUDO SOBRE O SIGNIFICADO DA MORTE PARA OS POLICIAIS MILITARES EM
ATIVIDADE OPERACIONAL**

A) Roteiro de entrevista Semi-Estruturada

I. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL/PROFISSIONAL:

1. Gênero: () Masculino () Feminino
2. Patente/Graduação: _____
3. Idade: _____
4. Estado Civil: _____
5. Religião: _____
6. Filhos: _____
7. Escolaridade: _____

II. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL:

8. Unidade: _____
9. Tempo nessa Unidade: _____
10. Unidades por onde passou: _____
11. Tempo de Serviço: _____
12. Função: _____
13. O que motivou o seu ingresso na corporação?

14. O que motiva a sua permanência na corporação?

III. CUDADOS COM A VIDA:

15. Qual a importância da vida humana para um policial militar?

16. Você já salvou alguma vida em serviço?

17. O que motiva um policial a por sua vida em risco?

18. Quais os cuidados que um policial deve adotar para proteger a sua própria vida?

IV. LIMITE DO USO DA FORÇA LETAL

19. em que situação um policial deve usar a força letal?

20. Você já fez uso da força letal em serviço?

21. Existe alguma relação entre a propensão do uso da força letal por parte do policial e etnia (raça) ou condição social do suspeito (infrator)?

V. QUANDO O POLICIAL MORREEM SERVIÇO

22. Você já participou de alguma ocorrência em que um companheiro já tenha sido morto em serviço? Qual foi sua reação? Como você a avalia?

23. Como a corporação cuida dos policiais militares que morrem em serviço?

24. Como você compreende a morte?

VI. MORTE POR SUICÍDIO

25. Como você compreende o suicídio? E na corporação?

26. Como você conceitua os policiais que morrem por suicídio?

27. O que levaria um policial ao suicídio?

VII. COMENTÁRIOS

28. Qual a sua concepção sobre os direitos humanos?

29. O que você mudaria na estrutura da atividade policial no tocante ao uso da força letal?

30. Qual a relação existente entre o matar e o morrer na atividade policial?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTUDO SOBRE O SIGNIFICADO DA MORTE PARA OS POLICIAIS MILITARES EM ATIVIDADE OPERACIONAL

B) Roteiro de entrevista Semi-Estruturada Para Comandantes, Chefes, Diretores e Coordenadores

I. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL/PROFISSIONAL:

01. Patente: _____
02. Local de Trabalho: _____
03. Funções: _____
04. Tempo no Cargo: _____

II. MORTE E SERVIÇO POLICIAL:

1. Como este Oficial compreende a Morte?

2. Em que situação o policial pode fazer uso da força letal?

3. Quais as providências adotadas pela corporação quando o policial faz uso da força letal?

4. Existe alguma relação entre a propensão do uso da força letal por parte do policial e etnia (raça) ou condição social do suspeito (infrator)?

5. Qual a sua concepção sobre as mortes violentas de policiais militares no país nos últimos anos?

6. Como a corporação trata da situação dos policiais mortos em serviços?

7. O que levaria um policial ao suicídio

8. O que tem sido feito na corporação em relação ao suicídio de policiais militares?
